



Conselho de Segurança Histórico

Simulação das Nações Unidas do Colégio Anchieta



Mesa: Bianca Rangel e
Maria Clara Vassalo

CSH

SUMÁRIO:

1. Carta de apresentação.
2. Sobre o comitê.
 - 2.1. O Conselho de Segurança.
3. História sobre o povo de Israel e a Liga árabe.
 - 3.1. O Holocausto, “Programs” e o antissemitismo.
 - 3.1.1. O Holocausto.
 - 3.1.2. Programs e o antissemitismo.
 - 3.2. Sionismo e independência de Israel.
 - 3.3. Criação da liga árabe e objetivos.
4. Declaração de Balfour.
5. Antecedentes.
 - 5.1. Primeira Guerra árabe-israelense.
 - 5.2. Acordo armistício.
 - 5.3. Segunda Guerra árabe-israelense.
- 5.4. Organização de Libertação da Palestina.
6. Territórios conquistados por Israel.
 - 6.1. Cisjordânia.
 - 6.2. Faixa de Gaza.
 - 6.3. Península do Sinai.
 - 6.4. Colinas de Golã.
 - 6.5. Jerusalém Oriental.
7. Situação atual
8. Posições oficiais.
 - 8.1. P-5
 - 8.2. Membros Rotativos.
 - 8.3. Delegações convidadas.
9. Bibliografia.

1. Carta de apresentação

Excelentíssimos Delegados,

É com profunda felicidade que os recebemos para a Sexta Simulação das Nações Unidas do Colégio Anchieta. Nesta edição, os senhores debaterão no Conselho de Segurança Histórico a Guerra dos Seis Dias, conflito que abalou o Oriente Médio e deixou marcas que refletem hodiernamente na região. Desejamos que essa experiência seja construtiva não somente no quesito acadêmico, como no humano, uma vez que terão a oportunidade de aprofundarem-se em uma nova cultura, desenvolverem a oratória, o senso crítico, a capacidade de negociação, o poder de persuasão, dentre muitas outras habilidades.

Designamos neste momento o compromisso de agir sempre à favor da diplomacia, visando- como previsto pela Carta das Nações Unidas- o bem de todos os povos. Na mão de cada delegação representada nesta casa, vidas e destinos foram entregues. Agora, cabe aos senhores assegurarem que esses civis receberão o máximo de proteção e, quem sabe, a tão sonhada paz que há tempos não visita a terra sagrada do Oriente Médio. As armas deverão dar lugar às palavras e, por intermédio dos debates, findar o derramamento de sangue já tão banal na localidade. É fundamental salientar a importância da fidelidade com a política externa do país que irão representar, haja vista que levam consigo o interesse de toda uma nação. Portanto, a opinião pessoal de cada delegado deve ser olvidada.

Os conflitos entre Israel e Palestina assolam a região desde 1948. No presente momento, os senhores estão sendo convocados para uma reunião emergencial, objetivando deliberar sobre mais um ataque feito pelo Estado judeu. O dia 5 de junho de 1967 abriga o começo de novas hostilidades entre países vizinhos que falham constantemente na missão de encontrar um denominador comum para essa questão. O combate engloba pontos como religião, política e sociedade e, devido a isso, evidencia um alto grau de complexidade para resolução. Apesar dos desafios parecerem inconcebíveis e estarrecedores, os senhores foram escolhidos como os melhores para administrarem essa crise eficientemente, aspirando sempre a mais justa solução ao final. É válido ressaltar ainda, que compreender as raízes históricas desse problema é imprescindível para consolidar um eterno armistício.

Dessa maneira, a leitura completa deste Guia de Estudos faz-se elementar. Além de ser uma excelente base para o tema a ser discutido, a lista de referências ao final conta como uma boa fonte de pesquisas. Mas, de modo algum limitem-se a isso! O aprofundamento do assunto é primordial para o alto nível de debates que almejamos neste comitê. À vista disso, estimulamos vigorosamente o estudo individual, de acordo com as necessidades de cada delegação. Este documento é apenas uma contextualização do tópico.

Por fim, ansiamos que os senhores tenham a melhor experiência dentro desta casa diplomática. Confiamos plenamente na capacidade de todos para livrar um povo sofredor de uma guerra incessante. Qualquer dúvida, não hesitem em perguntar. Estamos aqui para tornar essa vivência a mais prazerosa e construtiva possível.

Confiantes, desejamos a todos uma exímia simulação,
Cordialmente,
Bianca Rangel e Maria Clara Vassallo,
A mesa diretora.

2. Sobre o comitê

A Organização das Nações Unidas, fundada em 24 de outubro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, a partir da Carta das Nações Unidas. A ONU tem como objetivo principal garantir a paz e o desenvolvimento mundiais através da cooperação entre países, substituindo, assim, a Liga das Nações, criada na Primeira Guerra Mundial. A Organização das Nações Unidas possui uma estrutura de 193 Estados soberanos, diversos organismos autônomos e seis órgãos principais responsáveis pela atuação em áreas específicas. Saúde, saneamento básico, desigualdade social, guerras civis, aviação, entre muitos outros são temas tratados pelas Nações Unidas. Seriam esses órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Dentre os exemplos de organismos autônomos destacam-se: o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura), a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o BIRD (Banco Internacional de Desenvolvimento).

2.1. O Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável por tomar decisões voltadas à segurança dos países e à garantia da paz entre as nações. O Conselho possui quinze países membros, sendo cinco permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e dez rotatórios, sendo eleitos de dois em dois anos pela Assembleia Geral. Ademais, um Estado-membro das Nações Unidas, mas não do Conselho, pode ter o direito de participação - sem direito a voto, nas suas deliberações - quando o Conselho as considera apropriadas ou necessárias. Tanto membros quanto não-membros das Nações Unidas poderão vir a ser convidados a tomar parte nas discussões do Conselho de Segurança, sob condições definidas pelo órgão, quando constituem partes envolvidas em uma questão discutida em uma determinada reunião, também sem direito a voto. 5 Esse órgão tem poder decisório, ou seja, as decisões tomadas por ele devem ser cumpridas por todos os países-membros da ONU. São atribuições do Conselho de Segurança:

- Manter a paz e a segurança internacional;

- Determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta das Nações Unidas;
- Investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Elaborar planos de regulamentação de armamentos;
- Determinar se existe uma ameaça para a paz;
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão;
- Recomendar o ingresso de novos membros na ONU;
- Recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral.
- Submeter outros órgãos da ONU, de qualquer âmbito, a atuarem na questão discutida.

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança possuem o benefício do poder de veto, isto é, caso um deles seja contrário a um projeto de resolução o mesmo não é aprovado. Dessa forma, para que uma resolução seja tomada no órgão, são necessários nove votos favoráveis e nenhum voto contrário dos membros permanentes.

Não obstante, existem duas situações as quais o veto não pode ocorrer. A primeira delas é a resolução *Uniting for Peace*. Este modelo de resolução determina que, se o Conselho de Segurança, por falta de unanimidade dos membros permanentes, deixar de exercer sua responsabilidade primária de agir conforme necessário para manter a paz e a segurança internacionais, a Assembleia Geral considerará o assunto imediatamente com a função de fazer recomendações aos Membros a fim de restaurar a paz e a segurança internacionais.

A segunda hipótese tem base no artigo 27, parágrafo 3, da Carta da ONU que diz que “nas decisões previstas no Capítulo VI e no parágrafo 3 do artigo 52, aquele que for parte em uma controvérsia se absterá de votar”. Todavia, na prática, a abstenção ocorre apenas se o país em questão concordar.

3. História do povo de Israel e Liga Árabe

3.1. O Holocausto, “Progroms” e o antissemitismo

Grande parte do incentivo à criação e defesa do sionismo relaciona-se ao antissemitismo, histórico na Europa. Após as “Progroms”(sobretudo as de 1881-1884, na Rússia), a intensa imigração judaica para a região Palestina e, principalmente, o Holocausto (1933-1945) obteve-se o êxito do movimento. Assim, começou a ser defendida, não mais a criação de um Estado judaico, mas a manutenção desse.

3.1.1. O Holocausto.

A palavra "Holocausto", das palavras gregas "holos" (todo) e "kaustos" (queimado), foi usada historicamente para descrever uma oferta de sacrifício queimada em um altar. Desde 1945, a palavra assume um novo e horrível significado: a acusação ideológica e sistemática e o assassinato em massa de milhões de judeus europeus (bem como milhões de outros, incluindo ciganos, intelectualmente deficientes, dissidentes e homossexuais) pelo regime nazista alemão entre 1933 e 1945. Durante a Segunda Guerra Mundial foram mortos seis milhões de judeus, milhões foram roubados, sua cultura e sociedade foram mutiladas. Isso reforçou a ideia do movimento sionista, que pregava a criação de um Estado nacional para os judeus, a "Terra Prometida".

3.1.2. Pogroms e o antissemitismo.

Pogrom é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. Acredita-se que o primeiro incidente deste tipo a ser rotulado pogrom foi um tumulto anti-semita ocorrido na cidade de Odessa em 1821. Como termo descritivo, a palavra "pogrom" tornou-se de uso comum durante as grandes revoltas anti-semitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884, após o assassinato do Czar Alexandre II. Durante o período do nazismo na Alemanha e no leste europeu, assim como havia acontecido na Rússia Czarista, os pretextos para os pogroms eram ressentimentos econômicos, sociais, e políticos contra os judeus, reforçando o já tradicional anti-semitismo religioso.

Os perpetradores dos pogroms os organizavam localmente, algumas vezes com o incentivo do governo e da polícia. Eles estupravam e matavam suas vítimas, além de vandalizar e roubar suas propriedades. Durante a guerra civil que se seguiu à Revolução Bolchevique de 1917, nacionalistas ucranianos, autoridades polonesas, e soldados do Exército Vermelho se engajaram em violentos pogroms na região oeste da Bielorrússia e na província da Galícia, na Polônia (atualmente Ucrânia ocidental), matando dezenas de milhares de judeus entre 1918 e 1920.

Após a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha, em 1933, Adolf Hitler declarou publicamente que desencorajava a "desordem" e atos de violência. Porém, na verdade, a violência nas ruas contra os judeus era tolerada e até encorajada durante certos períodos, quando os líderes nazistas calculavam que a violência prepararia a população alemã para as severas medidas jurídicas e administrativas que seriam implementadas, ostensivamente para "restabelecer a ordem". As badernas violentas pelas ruas tiveram início com revoltas ocorridas em Viena após a Anschluss, a Anexação da Áustria, no mês de março. A onda de violência nas ruas, orquestradas por todo o território alemão entre os dias 9 e 10 de novembro de 1938 tornou-se conhecida como a Noite dos Cristais, o ápice de um longo período de violência esporádica contra os judeus. A Noite dos Cristais foi seguida por um dramático aumento de leis de cunho anti-semita no final de 1938 e início de 1939. Outro período de violência nas ruas ocorreu nos

dois primeiros meses do regime nazista e culminou em uma lei, proclamada em 7 de abril de 1933, que demitia os judeus e comunistas de seus empregos públicos. Alguns meses antes de se anunciarem as Leis Raciais de Nuremberg, em setembro de 1935, ocorreram inúmeros atos de violência contra os judeus em diversas cidades alemãs. Tais atos envolviam a queima de sinagogas, destruição de casas e de negócios judeus, além de agressão física. A Noite dos Cristais foi, com certeza, o mais destrutivo e o mais claramente coordenado destes "pogroms".

3.2. Sionismo e independência de Israel

O sionismo é um movimento político defensor da existência de um Estado Judeu na região Palestina, e teve momento crucial em 1897, durante o primeiro Congresso Sionista. Nesse, a causa foi formalizada, popularizou-se e foi conseguido o apoio de setores religiosos. Conseqüentemente, 20 anos depois, a unuência britânica aos objetivos do sionismo foi explicitada por meio da **Declaração de Balfour**, e, após cinco décadas, foi decidida, em reunião oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), a partilha da Palestina e a criação de um Estado Judeu.

Após a Segunda Guerra Mundial, entrou um momento decisivo no que consta o processo das concessões de independências, em relação a protetorados e colônias, por parte das potências europeias. Determinado o acordo de Sykes-Picot e outros tratados posteriores, o Oriente Médio era controlado por franceses e britânicos. O território atraía interesse de fora por diversos fatores: Por ser uma área de instabilidade política e principalmente pela imensa riqueza que se está abrigada em seu subsolo, o petróleo, elemento que aguça o interesse das grandes nações europeias, além dos Estados Unidos e Japão. A Palestina especificamente era controlada pelo Reino Unido, que demonstrou interesse à causa sionista por meio da Declaração de Balfour.

O governo britânico, que antes de tal documento havia proposto a concepção de uma pátria judaica na Uganda, estudou o estabelecimento dessa na Guiana Britânica. Contudo, a decisão de fundá-la na Palestina, lugar ideal de acordo com a causa sionista, triunfou devido à grande imigração de judeus para a área ao longo dos anos, principalmente após o Holocausto. O sucesso concretizou-se a partir da colocação do assunto na pauta de discussões da ONU, em 1947, e da decisão favorável à partilha do território palestino.

A resolução do Órgão em relação ao tema foi: A criação de dois Estados na região da Palestina, um árabe e outro judeu, com uma região sob tutela internacional, na qual se localizava Jerusalém (cidade sagrada para as três religiões monoteístas; cristianismo, judaísmo e islamismo). Tal fato satisfez a judeus muito mais que aos árabes, uma vez que estes controlavam o local antes da colonização britânica. Com a decisão, houve uma intensa imigração de judeus para Israel, o então formado Estado judaico.

3.3. Criação da liga árabe e objetivos

A Liga Árabe foi formada no Cairo em 22 de março de 1945 com seis membros: Egito, Iraque, Transjordânia (renomeada Jordânia depois de 1946), Líbano, Arábia Saudita e Síria. O Iêmen ingressou como membro em 5 de maio de 1945.

Esses sete estados árabes estavam todos sujeitos ao Império Otomano e tornaram-se independentes após a derrota da Turquia durante a Primeira Guerra Mundial. A Liga Árabe pretendia fortalecer os laços entre os membros e promover os interesses conjuntos de todas as nações árabes. A partir de 1953, outras regiões ainda sob controle colonial foram bem-vindas para se juntar à conquista da independência.

Na Cúpula do Cairo de 1964, a Liga Árabe iniciou a criação de uma organização representando o povo palestino. O primeiro Conselho Nacional Palestino reuniu-se em Jerusalém Oriental em 29 de maio de 1964. A Organização de Libertação da Palestina foi fundada durante essa reunião em 2 de junho de 1964 e em 1976 a OLP foi aceita na Liga Árabe.

A sucessão de guerras no Oriente Médio no último meio século, da Guerra Árabe-Israelense de 1948 à Guerra do Golfo em 1991, impôs severas tensões à Liga e impediu-a de alcançar uma coesão estreita.

O Egito rompe as fileiras em 1979, ao assinar um tratado de paz com Israel, resultando na expulsão da Liga e na mudança da sede do Cairo para Tunis. O Egito foi readmitido em 1989 e a sede retornou ao Cairo um ano depois.

A invasão iraquiana do Kuwait em 1990 causou uma brecha ainda mais profunda, refletida no fato de que quase todos os estados árabes vizinhos deram apoio prático ou diplomático à campanha da ONU e da OTAN contra o Iraque na Guerra do Golfo.

Na Cúpula de Beirute, em 28 de março de 2002, a Liga adotou a Iniciativa de Paz Árabe, um plano de paz de inspiração saudita para o conflito árabe-israelense. A iniciativa ofereceu total normalização das relações com Israel. Em troca, foi exigido que Israel se retirasse de todos os territórios ocupados, incluindo as Colinas de Golã, para reconhecer um estado palestino independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza com Jerusalém Oriental como sua capital, bem como uma "solução justa" para os palestinos. refugiados.

A Iniciativa de Paz foi novamente endossada em 2007 na Cúpula de Riyadh. Em julho de 2007, a Liga Árabe enviou uma missão, composta pelos ministros das Relações Exteriores da Jordânia e do Egito, a Israel para promover a iniciativa.

Enquanto a Liga Árabe se compromete a respeitar o governo estabelecido em cada estado membro e a garantir sua soberania e independência, a Liga estabeleceu vários objetivos desde o início: manter e fortalecer a solidariedade entre os países árabes diante de ameaças externas; garantir a coesão e a paz entre os Estados membros, oferecendo a arbitragem em caso de conflito entre dois ou mais Estados membros e opondo-se a qualquer recurso à força; e garantir a cooperação dos Estados membros em várias áreas, por ex: Assuntos sociais, jurídicos, parlamentares, financeiros, econômicos e culturais.

As principais instituições da Liga Árabe são: o Conselho da Liga, o Conselho de Defesa Conjunta, o Conselho Econômico e Social, os Comitês e a Secretaria-Geral.

A União apresenta-se como um bloco muito coeso, no sentido de que os membros demonstram apoio mútuo e mantêm as mesmas colocações, o mesmo posicionamento anti-israelense. A unidade e a resistência da Liga Árabe em relação ao Estado Judeu contribuíram para imigração de palestinos em direção a países da coalizão, além da emigração de judeus que residiam em tais territórios.

4. Declaração de Balfour

O secretário de Relações Exteriores da Inglaterra, Arthur Balfour, envia uma declaração de intenção de estabelecer uma pátria judaica na Palestina. O governo britânico esperava que a declaração formal ajudasse a reunir o apoio dos judeus ao esforço aliado na Primeira Guerra Mundial. A Declaração de Balfour foi incluída no mandato britânico sobre a Palestina, que foi aprovado pela Liga das Nações em 1922. Os árabes se opuseram à Declaração de Balfour, temendo que a criação de uma pátria judaica significasse a subjugação dos palestinos árabes.

Após a Primeira Guerra Mundial, a população judaica na Palestina aumentou dramaticamente, assim como a violência árabe-judaica. A resistência árabe e as falhas em alcançar um compromisso levaram a Grã-Bretanha a adiar a decisão sobre o futuro da Palestina. Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, grande parte da comunidade internacional assumiu a causa sionista e, em 1948, o Estado de Israel foi declarado.

Declaração de Balfour traduzida

“Querido Sr.Rothschild, eu tenho o prazer de transmitir para você, ao lado do governo de Sua Majestade, o seguimento da declaração de simpatia com as aspirações sionistas judaicas o que foi submetido ao, e aprovado pelo Gabinete.

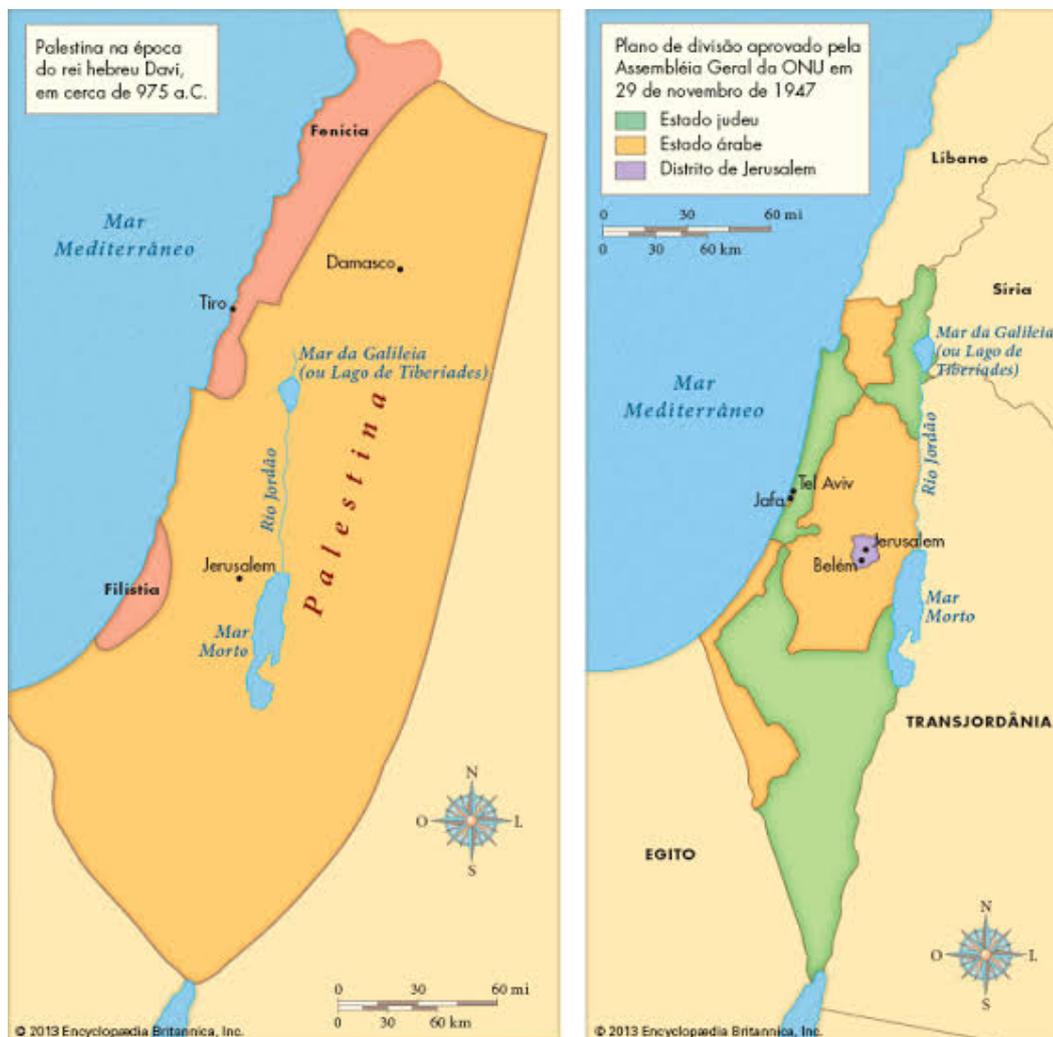
‘O Governo de Sua Majestade viu com favor o estabelecimento da Palestina e como uma casa nacional para o povo judeu, e vai ser usado seus melhores empreendimentos para facilitar a conquista deste objetivo, tem sido claramente entendido que nada pode ser feito o que talvez prejudique os direitos civis e religiosos existentes das comunidades que não são judaicas em algum outro país.’

Eu deveria ser grato se você levasse essa declaração para o conhecimento da Federação Sionista.”

A influência da Declaração de Balfour no curso dos eventos pós-guerra foi imediata: de acordo com o sistema de “mandato” criado pelo **Tratado de Versalhes** de 1919, a Grã-Bretanha foi encarregada da administração da Palestina, com o entendimento de que ela trabalharia em nome de seus habitantes judeus e árabes.

-Tratado de Versalhes: O Tratado de Versalhes foi um acordo de paz selado entre as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial e a Alemanha derrotada.O processo teve início com o armistício de 11 de novembro de 1918 e foi assinado em 28 de junho de 1919. O Tratado de Versalhes teve como característica o revanchismo francês, a redefinição de fronteiras, o estabelecimento de indenizações e a criação da Liga das Nações. Esse tratado foi caracterizado principalmente por definir que a Alemanha pós primeira guerra mundial era culpada por todo

o conflito, estabelecendo uma “Paz Punitiva”. Ela teria que pagar indenizações financeiras, abrir mão de territórios e reduzir sua capacidade militar.



5. Antecedentes

5.1. Primeira Guerra árabe-israelense.

A guerra foi travada em toda a longa fronteira do país: contra o Líbano e a Síria ao norte; Iraque e Transjordânia - renomeada Jordânia durante a guerra - no leste; Egito, assistido por contingentes do Sudão - no sul; e palestinos e voluntários de países árabes no interior do país.

Foi a mais sangrenta das guerras de Israel. Custou 6.373 mortos em ação (desde os dias anteriores ao estado até 20 de julho de 1949) quase 1% do yishuv (a comunidade judaica) - embora esse número inclui vários imigrantes novos e alguns voluntários estrangeiros.

Na primeira fase (29 de novembro de 1947 - 1º de abril de 1948), foram os árabes palestinos que tomaram a ofensiva, com a ajuda de voluntários de países vizinhos, o yishuv teve pouco sucesso em limitar a guerra - sofreu baixas graves e interrupção da passagem ao longo da maioria das principais rodovias.

Na Segunda Fase (1 de abril a 15 de maio), a Haganah tomou a iniciativa e, em seis semanas, conseguiu virar a mesa - capturando, entre outros, os trechos árabes de Tiberíades, Haifa e mais tarde também Safed e Acre, abrindo temporariamente o caminho para Jerusalém e ganhando o controle de grande parte do território alocado ao Estado judeu sob a Resolução da ONU.

A Terceira Fase (15 de maio a 19 de julho), considerada crítica, começou com o ataque simultâneo e coordenado ao estado incipiente por cinco exércitos árabes regulares de países vizinhos, com uma superioridade impressionante de equipamentos pesados - armaduras, artilharia e força aérea.

Em 31 de maio, a Haganah foi renomeada como "Forças de Defesa de Israel". As FDI sofreram reveses iniciais, incluindo a perda do Etzion Bloc na Judéia, a área de Mishmar Hayarden no norte e Yad Mordehai no sul, mas depois de três semanas foi possível interromper a ofensiva, estabilizar a frente e até iniciar algumas ações operações ofensivas locais.

A Quarta Fase (19 de julho de 1948 - 20 de julho de 1949) foi caracterizada por iniciativas israelenses: a Operação Yoav, em outubro, abriu o caminho para o Negev, culminando na captura de Be'er Sheva; A operação Hiram, no final de outubro, resultou na captura da Alta Galiléia; A Operação Horev, em dezembro de 1948, e a Operação Uvda, em março de 1949, completaram a captura do Negev, que havia sido atribuído ao Estado Judeu pelas Nações Unidas.

Simultaneamente, os países árabes assinaram acordos de armistício: primeiro veio o Egito - 24 de fevereiro de 1949; seguido pelo Líbano - 23 de março; Jordânia - 3 de abril; e Síria - 20 de julho. Somente o Iraque não assinou um acordo de armistício com Israel. Preferiu retirar suas tropas e entregar seu setor à Legião Árabe da Jordânia.

No final, Israel não apenas expulsou as forças árabes invasoras, mas também capturou e manteve cerca de 5.000 km² além das áreas atribuídas a ele pelas Nações Unidas.

No meio da Guerra da Independência, a Forças de Defesa de Israel nasceu, não em 15 de maio, mas duas semanas depois. Por mais duas semanas, Ben-Gurion negociou com as organizações armadas "dissidentes", Etzel e Lehi, convencendo-as a se separarem voluntariamente antes que

ele as dissolvesse na Ordem do Estabelecimento das FDI em 31 de maio de 1948. Essa ordem previa apenas um força armada, subordinada ao governo constitucional. Houve total continuidade entre a Haganah e as FDI: Ya'acov Dori, Chefe do Estado Maior, os membros do Estado Maior Geral; os comandantes de nível de brigada para baixo - todos foram automaticamente confirmados em suas nomeações.

No final da guerra, as Forças de Defesa de Israel tinham mais de 100.000 homens e mulheres em tempo integral de uniforme, em comparação com o mero punhado de soldados em tempo integral no início. Além de 12 brigadas, principalmente infantaria, possuía vários regimentos de artilharia. Os primeiros regimentos blindados foram equipados com veículos blindados leves, alguns capturados, outros "requisitados" pelas tropas britânicas que partiam, e alguns tanques - dois Cromwells- "compraram" dos britânicos em retirada e alguns foram reconstituídos pela sucata americana.

A Marinha consistiu inicialmente em navios imigrantes ilegais reconvertidos. Havia os elementos de uma Força Aérea -Spitfires e Messerschmitts- adquiridos principalmente na Tchecoslováquia, além dos aviões civis leves que a Haganah usava para fins de reconhecimento e comunicação. Alguns bombardeiros americanos excedentes da Segunda Guerra Mundial foram comprados como sucata. Eles realizaram seu primeiro "ataque estratégico" ao Cairo, a caminho de Israel, antes mesmo de chegarem à sua base. Armado com um guia turístico Baedeker, um deles bombardeou e atacou o Palácio Abdeen: rudimentar, com certeza, mas totalmente inesperado e, portanto, psicologicamente eficaz.

Assim que os acordos de armistício foram assinados e o perigo imediato passou, as FDI - exceto um pequeno núcleo - foram não apenas desmobilizadas, mas efetivamente dissolvidas. O novo estado tinha tarefas urgentes que exigiam todos os seus recursos, sobretudo o de absorver a inundação de novos imigrantes, que finalmente conseguiram voltar para "casa". Uma tentativa de manter os soldados desmobilizados em algum tipo de estrutura de reserva falhou. No entanto, no momento havia pouca inclinação do lado árabe para renovar os combates em larga escala. Não que eles tivessem enfrentado a realidade e reconhecido Israel - longe disso- mas perceberam que lutar contra o país exigia uma preparação completa.

Enquanto isso, o lado árabe descobriu o que era considerado uma ferramenta perfeita para mostrar ao seu próprio povo que a guerra ainda não havia terminado e, ao mesmo tempo, para atormentar Israel e envergonhá-la. Os fedayun palestinos (tropas suicidas) se infiltraram na longa e mal protegida fronteira - deve-se lembrar que nenhum lugar em Israel estava longe da fronteira-, as infiltrações, com o objetivo de roubar equipamentos agrícolas, foram seguidas pela colocação de minas, o assassinato de indivíduos e massacres por atacado. Os fedayun foram treinados, equipados e pagos pela Inteligência Egípcia, embora operassem principalmente a partir de bases na Jordânia, para que a Jordânia suportasse o impacto da retaliação de Israel, que inevitavelmente se seguiu. E cada vez que Israel retaliava, o Conselho de Segurança condenava; a condenação de um governo árabe já se tornara impossível por causa do veto soviético.

As infiltrações - ainda que dolorosas, militar e diplomaticamente - não passavam de um desvio da principal preocupação das Forças de Defesa de Israel: os preparativos para o segundo turno.

Yigael Yadin, que assumiu Ya'akov Dori como Chefe do Estado Maior, dedicou sua energia à organização das reservas e à racionalização da estrutura de comando - elementos dos quais permanecem em vigor até hoje. Ao mesmo tempo, foi dada especial atenção ao desenvolvimento de armaduras. Inferioridade numérica de Israel a seus vizinhos e inimigos em potencial, sua percepção de que, devido à falta de profundidade estratégica, estava fadada a transferir os combates o mais rápido possível para o território inimigo e sua vantagem comprovada em manobras rápidas e muitas vezes improvisadas - tudo apontava para a necessidade de armadura. A aliança recém-encontrada com a França na época da crise de Suez proporcionou a oportunidade única de equipar grande parte das FDI com tanques fabricados na França. Esse "milagre" ocorreu em um momento de desespero, quando nenhum outro país, leste ou oeste, estava disposto a fornecer armas a Israel, enquanto países do leste e do oeste corriam para oferecer seus produtos aos árabes. Particularmente preocupante foi o acordo de armas tcheco-egípcio, que ameaçava Israel com toda uma gama de equipamentos russos de ponta.

Por conta de tal conflito, encerrado após a assinatura de um armistício em 1949, as divergências no território aumentaram, haja vista a conquista israelense de Jerusalém Ocidental e do deserto de Neguev. Os jordanianos dominaram Jerusalém Oriental e uma porção de território que passou a ser chamada de Cisjordânia, enquanto o Egito anexou a área que possui à Faixa de Gaza.

Dessa forma, todo o território que constituía a tutela internacional ou integrava o território palestino, que segundo as determinações da ONU foi tomado por Israel, ou por algum dos países vizinhos. Isso provocou a emigração de muitos palestinos, que, desde então, mesmo sem possuir um Estado próprio, não deixaram de ter expressão. Assim, eles demonstram revolta contra Israel constantemente, por meio de entidades ou de pressões direcionadas a governos de países árabes limítrofes, para os quais houve maior imigração.



5.2. Acordo armistício.

Em 1949, com mediação da ONU, Israel concluiu acordos de armistício com a Jordânia, Egito, Síria e Líbano, alcançando assim uma cessação oficial das hostilidades da primeira guerra árabe-israelense iniciada em maio de 1948. Iraque e Arábia Saudita, cujas forças tomaram parte da guerra, nunca assinaram nenhum acordo com Israel. As partes concordaram que os acordos de armistício serviriam apenas como arranjos provisórios até serem substituídos por tratados de paz permanentes.

Segundo estes acordos, a linha de demarcação do armistício "não deve ser considerada, em nenhum caso, como fronteira política ou territorial e estão marcadas sem prejuízo de direitos, reivindicações e posturas de ambas as partes do Armistício.

O território de Israel, de acordo com a Linha de Demarcação de Armistício de 1949, abrangia cerca de 80% da área do Mandato, ganhou assim um território anteriormente concedido aos árabes palestinos sob a resolução das Nações Unidas em 1947. Egito e Jordânia mantiveram o controle sobre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, respectivamente. As linhas do armistício de 1949, entre Israel e seus vizinhos árabes, passaram a ser conhecidas como Linha Verde. Tais linhas de armistício foram mantidas até o ano de 1967.

Com o Egito, foi delimitada uma zona em ambos os lados da fronteira, ao redor de Auja al-Hafir (Nitzana), que deveria ser desmilitarizada, e ali seria instalado o Comitê Bilateral do Armistício. Nos acordos com o Líbano, Israel retirou suas forças de 13 aldeias em território libanês que havia sido ocupado durante a guerra, em compensação a Síria retirou suas forças da maior parte dos territórios que controlava, a oeste da fronteira internacional, que posteriormente se converteu em zona desmilitarizada.

Os Estados Unidos não se envolveram diretamente nas negociações do armistício, mas esperavam que a instabilidade no Oriente Médio não interferisse no equilíbrio internacional de poder entre a União Soviética e os Estados Unidos.

5.3 Segunda Guerra Árabe-Israelense

O Canal do Suez, que liga o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho, foi feito entre 1859 e 1869 e possui 163 quilômetros. Todo o processo custou a vida de 125 mil egípcios, mormente por conta da cólera. Sua construção foi fundamental, pois possibilitou a redução drástica do tempo de viagem entre esses dois pontos do planeta- os navios agora podiam evitar a rota do cabo da Boa Esperança. Ele foi estabelecido em um país que não possuía condições financeiras para arcar com os custos e, por esse motivo, outros Estados e capitais estrangeiros obrigaram o Egito a assumir um regime jurídico internacionalizado. Quando foi inaugurado, esse território pertencia ao Império Otomano e, em 1888, foi assinada a Convenção de Constantinopla- Turquia e mais oito potências europeias- que definiu que o canal estaria aberto a navios civis ou militares de todas as nacionalidades, em tempos de paz ou guerra. Ao fim desse acordo, França e Grã-Bretanha-dispunha de 44% das ações do canal- conquistaram o

direito de explorá-lo por um período de 99 anos consecutivos. O Egito, por sua vez, receberia apenas 15% do valor do pedágio.



Além de poupar tempo, esse canal foi e é fundamental por transportar uma quantidade significativa do petróleo produzido no Oriente Médio para a Europa, onde é comercializado. É importante salientar que cerca de dois terços do petróleo europeu passa por essa via. Em um período pós-Segunda Guerra Mundial, onde o velho continente urgia por uma rápida reconstrução, perder essa via facilitadora não era uma opção. No século XX, assumiu a posição de ponto estratégico, econômico e militar.

O canal era um espinho para o povo egípcio, denotava o poder colonialista e a submissão do Egito. Era visto como uma hipoteca para a sua independência, nunca deixando de provocar dor para aqueles que o escavaram.

A denominada Guerra do Suez foi um conflito emblemático que evidenciou as características da ordem internacional desse momento. As partes beligerantes variaram entre atores regionais, antigas potências coloniais e superpotências mundiais, todos atuando na mesma conjuntura.

5.3.1. Antecedentes

O nasserismo-surgido no início dos anos de 1950- foi um movimento criado por Gamal Abdel Nasser que moveu o Oriente Médio. O militar assumiu o poder em 1952- após depor o rei Faruk, que era um monarca pró-britânico, em um golpe militar e depois seu colega revolucionário Muhammad Naguib- no Egito, e suas ideias foram deveras difundidas pelas nações árabes que buscavam, incansavelmente, um líder para seguir. Ele defendia um Estado forte, controlador dos meios de produção e da redistribuição de renda, além de fundamentar suas ações na união das nações árabes, o que o fez ficar conhecido pela denominação de socialismo árabe. Evidentemente, seus ideais geravam uma grande popularidade. Outrossim, a posse do petróleo e das riquezas advindas da exploração desses países fomentavam ainda mais o desejo pela conquista da unificação árabe. Dentre as muitas questões que o nasserismo enfrentou, a hostilidade ininterrupta com seu vizinho Israel foi, provavelmente, a mais desafiadora. É inegável, portanto, que ele foi o maior líder árabe do século XX por personificar a ideia do Pan-arabismo- ninguém chegou tão perto dessa aspiração como ele, apesar de nunca ter concretizado.

Nasser pretendia estabelecer uma nova ordem regional, sem depender da autorização ou aprovação europeia- principalmente dos franceses e britânicos que insistiam em opinar em seu território. Ele empenhava-se em acabar com as influências estrangeiras que, na sua visão, significavam um símbolo de opressão. Suas medidas imediatas depois de assumir o poder foram pôr em prática questões como a nacionalização dos setores centrais da economia, desapropriação de terras latifundiárias e o início da negociação, em julho de 1954, da saída definitiva das tropas britânicas do Canal de Suez- onde já estavam há 70 anos. Era considerado um populista de esquerda, fora do radar de apoio do governo Republicano de Eisenhower- então presidente dos Estados Unidos da América. A clareza acerca das ambições e ideologias de Gamal Abdel Nasser são imprescindíveis para a compreensão íntegra da crise do Suez.

A atitude assumida pelo governante egípcio, naturalmente, afetaria Israel- é válido salientar que ele avocava uma postura anticolonial, buscando reunir seus aliados para lutarem contra as antigas potências e o Estado Judeu, que era visto como um enclave imperialista no Oriente Médio . Contudo, a tomada do poder pelos Oficiais Livres- grupo que Nasser fazia parte- foi vista com bons olhos por políticos israelenses, pois acreditavam que uma nova regência seria mais propensa à paz do que um monarca que buscava vingar a derrota na guerra de 1948. Mas, gradativamente, esse clima amistoso foi findando-se e abriu espaço para uma desconfiança imensurável por parte de Israel a respeito do novo líder. Sua retórica ecoou pelos órgãos israelenses de forma agressiva e belicosa, uma vez que almejava a união dos Estados árabes por meio de objetivos semelhantes e, certamente, a questão palestina seria uma prioridade. De modo imediato, o governo israelita começou a definir quais seriam as diretrizes para lidar com a emergência de um vizinho ainda mais problemático.

Em meados de 1950, o Estado de Israel enfrentava uma dicotomia interna que baseava-se em duas vertentes: uma militarista e outra moderada. Moshe Sharett , líder dos moderados, acreditava veementemente que a garantia do novo país estava relacionada com o diálogo do mesmo com os países árabes vizinhos, especialmente com o Egito. Nesse contexto, estabelecer a paz com a nação egípcia era fundamental, dada a influência inquestionável de seu

governante sobre os outros povos árabes- incluindo os palestinos. Os militaristas, por outro lado, exerciam um poder significativo dentro do governo israelense. Defendiam uma solução armada contra os árabes, o que gerava grande parte da instabilidade na região. Moshe Dayan e Pinhas Lavon foram dois líderes dessa tendência que tiveram grande relevância nesse período.

Em dezembro de 1953, o então Primeiro Ministro de Israel, Ben Gurion, pediu afastamento do cargo e Moshe Sharett o assumiu. No entanto, antes de abandonar seu posto, Ben nomeou Dayan para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e Lavon para o Ministério da Defesa. Essa decisão estremeceu o comando de Sharett, uma vez que o novo Chefe estava cercado de pessoas que discordavam do seu modo de governar. O fortalecimento progressivo do Egito preocupava ambos os lados, porém, a maneira com que cada um lidava com esse tópico era bem diversa. Por um lado, Sharett passou boa parte do ano na ponte aérea Tel Aviv- Washington visando convencer o governo norte-americano a não concluir acordos importantes com o seu inimigo sem que a segurança de seu país fosse garantida. Enquanto, por outro lado, Dayan e Lavon agiam de acordo com suas crenças, sem informar o Primeiro Ministro. Os dois tinham como objetivo principal responder a qualquer ataque por meio do uso da força.

É fundamental ressaltar também que Dayan e Lavon tentaram criar fatos políticos regionais. Dentre muitos exemplos, um que repercutiu foi o chamado “Lavon Affair”. Em 1954, quando as tropas britânicas estavam prestes a saírem do canal e um acordo entre Estados Unidos e Egito tinha acabado de ser fechado, o Ministro da Defesa colocou em prática a Operação Susannah. Soldados israelenses contactaram jovens judeus egípcios para que cumprissem missões secretas por lá. Eles cometiam ataques terroristas sequenciais contra alvos britânicos e estadunidenses e acusavam extremistas nacionais. O intuito era tentar manter os ingleses na Zona do canal e criar estímulos para que os norte-americanos desistissem do tratado. A denominada “Unidade secreta 131” foi acionada em julho de 1954 e atacou escritórios e negócios estadunidenses, além de cinemas e teatros em que o público alvo era de estrangeiros. A operação foi descoberta quando um judeu foi pego e revelou o nome de outros 12 membros. Nada foi concluído pelo sistema judiciário israelense, porém, Lavon pediu demissão e o Primeiro Ministro, desgastado e acusado de não conseguir liderar sua própria equipe, renunciou. Agora, Ben Gurion assumia novamente o comando do país, enquanto Sharett ocupava o Ministério das Relações Exteriores.

O governo de Gurion deu continuidade aos ataques a seu vizinho. Dois ataques-surpresa à Faixa de Gaza findaram qualquer esperança de alcançar a paz entre os dois países. Acreditava que antes de deixar Nasser fortalecer-se, ele deveria instigá-lo a uma guerra- a qual calculava uma vitória certa para Israel. O resultado perfeito seria a queda do líder egípcio. Além disso, acreditavam que a humilhação da derrota desencorajaria os outros países árabes a começarem uma guerra contra o novo Estado e, desse modo, conseguiriam garantir sua existência. Em suma, seu objetivo era provocar uma reação armada por parte do Egito para dar início a uma guerra preventiva. Como resposta, além de declarar Israel como inimigo oficialmente, Nasser apoiou as incursões de guerrilheiros palestinos que atacavam alvos no território israelense e criou uma unidade militar formada por soldados palestinos, com sede na Faixa de Gaza.

É válido mencionar, entretanto, que Ben Gurion enxergava Nasser como uma grande ameaça. Seu prestígio vinha sendo espalhado por todo Oriente Médio de maneira muito eficaz. O Primeiro Ministro tentava frear o crescimento da popularidade do egípcio a todo custo, para que o Estado de Israel não tivesse sua existência arriscada. Ele desenvolveu uma obsessão pessoal por Nasser e colocou seu fim como algo vital e de interesse nacional.

Paralelamente às tensões regionais, o Egito liderava o Movimento dos Países Não-Alinhados. Seu governante recusava-se a escolher uma superpotência para ficar no satélite e encorajava fortemente seus aliados a fazerem o mesmo. Embora buscasse apoio econômico nos Estados Unidos, ele não o privilegiava e assumia postura semelhante com a União Soviética.

Uma questão de extrema importância para que toda a crise, por fim, se tornasse uma guerra, foi o financiamento da barragem de Assuã. O governo do Egito planejava que essa obra fosse o grande feito de seu regime, dado que ela forneceria energia e água, pontos essenciais para o desenvolvimento pleno do país. Sua construção era parte do projeto de reforma agrária para a nação e conseguiria eliminar as enchentes do rio, contendo em um lago a água excedente, que seria liberada de acordo com a necessidade- o que garantia a irrigação anual. A priori, o projeto contava com o apoio dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Porém, Nasser sabia que, cedo ou tarde, teria que enfrentar Israel para alcançar seu objetivo na região. Para tal, ele precisava de armamentos- os quais não possuía condição de produzir por conta própria. Essa necessidade não seria um empecilho, se não fosse pela questão de que Israel tinha acabado de adquirir uma quantidade exorbitante de equipamentos militares franceses- já vislumbrando um conflito com o país em pauta-, além de que para conseguir hegemonia no Oriente Médio, teria que enfrentar as grandes potências imperialistas- França e Inglaterra- que ocupavam aquele território. Outro ponto primordial nessa análise é o fato de que o Egito não agradava a maioria dos Estados ocidentais porque havia instaurado um regime de partido único e centralizado todo o poder, tudo isso feito por um militar. Assim, comparações entre Nasser e Adolf Hitler ecoaram no lado poente. Citar Hitler era dizer, por meio de entrelinhas, que não seriam tolerantes e que a guerra era questão de tempo. O pan-arabismo passou a ser visto como o pangermanismo, criando um paralelo de que quanto mais poderoso Nasser fosse, mais perigoso e difícil seria retirá-lo dessa posição.

Em 1950, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França assinaram a Declaração Tripartite que se comprometia a avaliar conjuntamente violações fronteiriças e nivelar armamentos entre árabes e judeus. Esses países deveriam sempre agir contra o agressor, na eventualidade de um conflito entre as duas partes anteriormente citadas. O entendimento dessa declaração é muito importante, pois ela foi descumprida inúmeras vezes durante esse período, comprometendo inclusive os países europeus que a desrespeitaram e foram duramente reprimidos pela superpotência ocidental.

A temática armamentista foi decisiva para a guerra que viria a acontecer. A fragilidade militar egípcia ficava muito evidente com os constantes ataques israelenses a seu território. O líder buscava desesperadamente por armas para defesa, mas, como supracitado, esse tópico era muito delicado para os países ocidentais. Por muito tempo, tentou negociar com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, porém, ambos não confirmaram a venda. O presidente estadunidense, Dwight Eisenhower, procurava incessantemente por aliados no Oriente Médio e, para vender os armamentos, exigia que o Egito entrasse para uma organização de defesa semelhante à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), denominada Organização do Tratado do

O Oriente Médio, só que para países árabes. O chefe da diplomacia norte-americana acreditava piamente que essa instituição impediria a infiltração da ideologia comunista na região e, portanto, a participação do Egito era primordial. Entretanto, o chefe de Estado Egípcio zelava muito por sua neutralidade, não desejando fincar laços próximos com nenhum país fora da comunidade árabe. Nessa conjuntura, negar-se a participar da aliança ocidental significava juntar-se ao bloco oriental. Desse modo, em 1955, assinou um tratado com a União Soviética que garantia o fornecimento do arsenal soviético, em troca de algodão egípcio. É válido mencionar que o comércio de armas era movido por considerações pragmáticas, muito mais do que ideológicas e, assim sendo, havia um distanciamento de doutrinas entre Nasser e os soviéticos. Para fazer frente aos armamentos franceses recebidos por Israel, as armas soviéticas vieram para o Egito por meio da Tchecoslováquia. Aqui selou-se a aliança entre Moscou e Cairo.

Como forma de repreender a atitude de Nasser, Washington e Londres negaram o apoio técnico e financeiro para a construção da barragem. O governante acreditava nas promessas feitas pelo ocidente de que financiariam a represa. Ele calculou que a obra custaria cerca de um bilhão de dólares (para a época) e, em vista disso, solicitou o valor ao Banco Mundial-controlado pelos Estados Unidos. Este, por sua vez, afirmou que emprestaria 200 milhões para que o projeto fosse iniciado, mas sob rígidas exigências. O Egito teria que regular sua inflação e realizar a responsabilidade fiscal, informar os Estados Unidos e a Inglaterra acerca das questões orçamentárias relevantes e garantir que não aceitaria nenhuma outra ajuda estrangeira- em especial da União Soviética. Em um primeiro momento, Nasser recusou a proposta, mas, temendo a retirada da mesma, optou por seguir as imposições. Todavia, os norte-americanos, subitamente, removeram a oferta, alegando que o país tinha uma debilidade econômica muito grande e um regime instável. Por esse motivo, mais uma vez, o país árabe vai recorrer à União Soviética, buscando recursos para a tão ansiada obra.

Como uma resposta à rejeição estadunidense-recebida como um insulto pelo governante-, Nasser vai nacionalizar a Companhia do Canal de Suez. Na Praça da Libertação, em Alexandria, no dia 26 de julho de 1956- estrategicamente no mesmo dia que a monarquia caiu, detalhe que serviu para desafiar os britânicos-, com 50 mil pessoas diante dele, o líder golpeava o imperialismo, anunciando que, naquele momento, tropas nacionais marchavam em direção à Zona do Canal para colocá-lo sobre a soberania do Egito. Em seu discurso inflamado, disse que quando negaram a barragem, os colonialistas estavam castigando a pátria por não se alinhar ao ocidente e que, caso eles não gostassem dessa decisão, deveriam sufocar-se de ódio. Seu veredito de controlar o principal caminho do petróleo para a Europa- passagem essa que tornava o valor final do produto mais barato e que foi responsável pela recuperação econômica europeia no pós-guerra-, além de fechar o Golfo de Ácaba- conhecido como “segundo pulmão de Israel”- e impedir o trânsito de qualquer navio israelense, causou uma crise política com efeitos instantâneos.

Tornar o canal propriedade egípcia foi um protesto contra a apropriação estrangeira que explorava aquele acesso de modo abusivo. Essa foi, sem dúvidas, a ação política mais marcante de toda a carreira do militar. A decisão foi tomada pensando que toda renda arrecadada pelo bósforo seria revertida para a construção da represa. Em suas palavras “o Suez pagaria Assuã”. França e Grã-Bretanha temiam que Nasser cortasse o fornecimento de petróleo para a Europa. O Primeiro Ministro inglês, Anthony Eden, não podia aceitar que o Egito administrasse todo o canal, mesmo que já estivesse evacuando suas tropas de lá. A decisão que tomou foi legal e,

justamente por isso, os britânicos e franceses planejaram uma intervenção militar. Agora, o estadista assumia uma nova posição no cenário internacional, pois estava oficialmente pronto para desafiar a antiga ordem mundial.

A conduta de Nasser despertou um desejo ainda maior de depô-lo por parte da França, Israel e Grã-Bretanha. Poucos anos antes, em 1953, Inglaterra e Estados Unidos haviam derrubado o líder nacionalista do Irã- Mossadegh, e pareceu perfeitamente possível para o novo grupo fazer o mesmo no Egito. Com a intervenção armada que vinham planejando, pretendiam recuperar o controle do Canal de Suez e desmoralizar o regime nasseriano com uma invasão israelense vitoriosa no Deserto do Sinai e na Faixa de Gaza. A nacionalização foi a desculpa que as potências imperialistas precisavam para agir com o uso da força no país árabe.

A crise no Suez foi composta por muitos fatores que, interligados, levaram ao confronto armado. Alguns acontecimentos, no entanto, fomentaram ainda mais o grande barril de pólvora que era o Oriente Médio naquele momento. A relação entre Egito e Israel foi hostil de 1948 a 1956. Casos como incidentes nas fronteiras- refugiados palestinos que se infiltravam em território israelense por Gaza-, faziam com que Israel ficasse profundamente irritado e respondesse com retaliações militares- esse período entre guerras foi marcado por ataques constantes à Faixa de Gaza. Analogamente, o país árabe mantinha fechado o estreito de Tiran- ação que bloqueava o acesso israelense ao golfo de Ácaba e, conseqüentemente, impossibilitava o trânsito de embarcações no porto de Eilat, ao sul do Estado Judeu.



O conflito entre as partes desenhou-se pouco a pouco. A guerra foi um desgaste da relação entre as potências coloniais, Israel e Egito. Em síntese, Nasser afrontou os países europeus que se esforçavam incansavelmente para permanecer no primeiro plano da política internacional. Ademais, o governo israelense o via como uma ameaça ao Estado judeu recém formado. O motivo alegado, de fato, foi a nacionalização do Canal de Suez, no entanto, é notório que muitos fatores estavam envolvidos nessa guerra. No dia 5 de outubro de 1956, a nação árabe propôs uma série de negociações ao Conselho de Segurança, mas Grã-Bretanha e França reivindicavam pela adoção de um controle internacional sobre o Canal, a qual foi derrubada pelo veto soviético. Assim, estavam reunidos todos os elementos que permitiram a formação da aliança franco-britânica-israelense que culminou no ataque ao Egito em 29 de outubro de 1956.

5.3.1.1. Partes beligerantes

- Grã-Bretanha

O Canal de Suez era substancial para a manutenção do imperialismo britânico na região. O Egito ficava em um ponto estratégico, se observado dos pontos de vista econômicos, militares e políticos. Em 1936, foi assinado um Tratado Anglo-Egípcio, que confirmava a retirada das tropas inglesas do país árabe, mas que um contingente em torno do Canal seria mantido, formando a “Zona do Canal”- Nasser lutou incessantemente contra essa presença. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a antiga potência colonialista, após perder muitos territórios, fincou sua posição no arco Oriente Médio/ Golfo Pérsico por intermédio de dois eixos: a aliança com monarquias conservadoras (Jordânia, Iraque e pequenos países do Golfo) e a presença das tropas no canal- na década de 1950, essa base militar era um dos últimos bastiões de seu antigo império e era formado por cerca de 80 mil soldados.

Quando Nasser assumiu o poder, rapidamente o obstáculo às pretensões britânicas surgiram. Importante salientar que, até o momento, o rei que governava o país era um ferrenho apoiador da monarquia britânica, o que facilitava a presença do país europeu na região. Os Oficiais Livres foram mais contundentes nas negociações que visavam o cumprimento do Tratado de 1936, uma vez que uma de suas metas era eliminar o colonialismo. Sair do Suez para a Inglaterra era muito prejudicial, não somente por questões geopolíticas, mas porque um grupo de políticos ingleses- denominado “Grupo do Suez”- fazia uma forte objeção à retirada, o que comprometia o Primeiro Ministro Anthony Eden.

Manifestamente, a disseminação do nasserismo pelo Oriente Médio era um tópico que assombrava os britânicos. Acima de tudo, temiam que Nasser conseguisse derrubar governos aliados que, por conseguinte, eram opositores ao novo líder egípcio.

A nacionalização do Canal caiu como uma bomba na capital londrina. Na realidade, as possessões europeias na África e no Oriente Médio estavam em jogo, após a derrocada na Ásia. A Inglaterra tinha um império que se estendia da Líbia à Malásia, porém, havia perdido um número significativo de territórios- inclusive o Egito. Além disso, vinha enfrentando contestações de várias colônias e concedendo a independência de muitas outras. Precisava

constantemente retirar suas forças militares de diferentes bases, pois tinha se tornado alvo de ataques terroristas.

Conclui-se, dessa maneira, que Nasser tinha sua importância nos processos de descolonização de sua época, incentivando as ondas nacionalistas que tomavam a região. Por fomentar esse tipo de rebelião, era um líder extremamente perigoso e incômodo para a Grã-Bretanha.

- França

A relação entre França e Egito foi especialmente conturbada nesse período. Os franceses eram bem hostis quando tratava-se de Nasser, pois, acima de tudo, ele incentivava fortemente a independência das colônias africanas. O país europeu em questão, diferentemente da Inglaterra, insistia em manter o domínio político formal sobre seus territórios ultramarinos. Ainda, essa missão tornava-se cada vez mais difícil, já que muitos movimentos anti-imperialistas surgiram na Ásia e no Norte da África. Em 1954, após um conflito sangüinário, os franceses foram expulsos da Indochina, o que transferiu uma importância gigantesca para a Argélia e o Marrocos. Paris integrou a Argélia ao Estado, tornando o país um Departamento Metropolitano, mantendo um número considerável de cidadãos franceses no território- os quais possuíam uma série de benefícios. Por tal razão, essa colônia dispunha de um valor inestimável para a antiga potência.

Dessa forma, Nasser era o inimigo a ser derrotado. Diante de seus ideais anti-colonialistas, ele instigava esse povo a lutar pela sua liberdade- era acusado pelo governo europeu de vender armas para a Frente de Libertação Nacional da Argélia, mas essa informação nunca foi confirmada. Além disso, abrigava e acobertava líderes do grupo revolucionário. Em um de seus discursos, no ano de 1955, ele manifestou todo seu apoio à luta argelina, dizendo que sentia que aquela batalha também era do povo egípcio. Acreditavam que Nasser influenciava intensamente na conturbação desse país.

Ainda sobre a França, é importante mencionar a venda de armamentos para Israel. Embora a aliança entre os dois países nunca tenha sido oficializada, ela foi primordial para que o confronto armado ocorresse. Em abril de 1956, um contingente dos melhores bombardeiros aterrissou na capital judia, vindo diretamente de Paris. Existem diversas explicações do motivo pelo qual a potência europeia tinha interesse em ajudar o novo Estado, mas questões como empatia pelo sofrimento passado desse povo, admiração pela ousadia para sustentar-se cercado de muitos vizinhos inimigos, a solidariedade entre os Primeiros Ministros e, notadamente, a certeza do desejo mútuo de derrubar o líder egípcio.

- Estados Unidos da América

É fundamental compreender que a superpotência norte-americana analisava todo o contexto por um prisma mais abrangente que o colonialismo, a Guerra Fria. Nesse sentido, reconhecia que o Egito era estrategicamente muito importante nessa conjuntura.

Geograficamente, localizava-se em um ponto ideal para instalar uma base, caso precisasse enfrentar a União Soviética em um confronto direto- as tensões no cenário internacional eram progressivas e esse momento parecia cada vez mais próximo. A política externa do presidente Dwight Eisenhower desenvolveu uma ideologia, denominada “New Look”, que visava não apenas conter o avanço dos soviéticos, mas amparar os países que estavam doutrinados pelo comunismo, além de buscar incentivar o desenvolvimento dos países de terceiro mundo. Em resumo, incentivaram os movimentos nacionalistas ao redor do globo para evitar um possível alinhamento ao bloco oriental. A Doutrina Eisenhower, como ficou conhecido o “New Look” no Oriente Médio, tinha o papel de apoiar governos conservadores e suavizar os radicais, como uma forma de atraí-los para a órbita ocidental- os principais focos eram as monarquias saudita, iraquiana e jordaniana. Além disso, previa ajuda financeira e militar a qualquer nação do Oriente Médio que estivesse ameaçada por algum país controlado pelo comunismo internacional. No caso do Egito, queriam atenuar o extremismo nasseriano. E, foi baseado nessa ideologia, que o país posicionou-se durante a Crise do Suez.

Ao passo que Inglaterra e França aliaram-se à Israel, concentrando-se em derrotar e humilhar Nasser, os EUA buscavam trazer o líder árabe para o seu lado, temendo uma aproximação ainda maior com a União Soviética.

5.3.2 Conflito

De uma maneira geral, entende-se que a crise começou quando o Canal de Suez foi nacionalizado por Nasser. A atitude foi vista como um ato de guerra, uma vez que potências europeias que lutavam bravamente para reconstruírem-se, encontravam agora um empecilho para tal. Por esse motivo, determinaram que a ação era passível de retaliação militar. Imediatamente, França e Inglaterra deram a entender que retomariam o canal por meio da força caso o líder egípcio não reconsiderasse. Entretanto, os Estados Unidos recusaram-se a ajudar, deixando os países europeus em uma situação constrangedora- já que não possuíam recursos o suficiente para serem mobilizados em um curto período.

Todo conflito foi anteriormente planejado pela França, Grã-Bretanha e Israel, de modo secreto. A ideia era forjar uma briga entre Israel e Egito inicialmente. O tratado estabelecido pela coalizão diria que o Estado judeu invadiu seu vizinho árabe alegando uma reação aos ataques de militantes palestinos que vinham da Faixa de Gaza. A aliança tinha certeza de que o Egito responderia à agressão, visando defender seu território. Paris e Londres advertiriam ambos os países, exigindo que as tropas dos dois lados permanecessem a uma distância de 100 milhas do Canal de Suez. Por óbvio, Israel aceitaria a advertência de seus aliados. Mas, não se podia falar o mesmo do Egito. Era evidente que resistiriam em recuar e, portanto, as potências europeias fariam uma intervenção militar no local- com a justificativa de preservação do Canal. Aqui, torna-se notório que três Estados poderosos desejavam a queda de Nasser a qualquer custo. E, não esperariam demais para transformar esse anseio em realidade. Não poderia haver uma coincidência tão grande de interesses.

Porém, é válido ressaltar que a aliança demonstrava alguns claros sinais de falta de sintonia. Enquanto Israel e França almejavam uma interferência, a Grã-Bretanha, por outro

lado, defendia um posicionamento mais diplomático- além de permanecer numa posição de inércia. Esse parecer britânico estava diretamente relacionado com o recém-empossado primeiro-ministro Anthony Éden, que assumia o cargo após passar anos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos mandatos do lendário Winston Churchill. Ele sustentava a ideia de que o Egito, no último momento, buscaria um acordo e acabaria recuando. Nesse sentido, buscava aumentar sua rede de contatos e conseguir a participação norte-americana na coalizão. Todavia, a superpotência estadunidense enfrentava um ano eleições, cujo presidente Eisenhower visava, acima de tudo, não comprometer sua reeleição. Essa tentativa falha da Inglaterra de buscar um caminho alternativo estava apenas irritando os franceses, que possuíam a sensação de estarem perdendo o tempo perfeito para a intervenção.

A esfera muda para os ingleses quando os efeitos da nacionalização começam a serem sentidos. O primeiro-ministro ficou convencido de que havia chegado o momento para um conflito. A atitude de Nasser afetava diretamente as duas potências europeias que eram as principais acionistas da companhia do Canal. Por um tempo, a capital britânica desejava manter Israel fora do ataque, confabulando seus planos somente com Paris. A ideia era debater uma operação conjunta para derrubar o líder egípcio. Em outubro de 1956, David Ben-Gurion, Moshe Dayan e Shimon Peres foram à França dialogar com o primeiro-ministro francês, Guy Mollet, e com o secretário do exterior inglês, Selwyn Lloyd. Na reunião, acordaram que realizariam uma ação militar comum para recobrar o domínio do controle do Canal de Suez. Os israelenses ainda firmaram um acordo para a construção de um reator nuclear e a distribuição de urânio enriquecido. Parecia ser um tratado muito bom, se não fosse eticamente questionável do ponto de vista diplomático.

Assim sendo, no outono de 1956, o cenário parecia propício para uma guerra. Para Israel, interessava forçar o Egito a concentrar suas forças em duas frentes, deixando as fronteiras entre os Estados fragilizadas. O país árabe não saberia se seria atacado pelas bordas, mas precisaria reforçar o máximo possível suas tropas na região do Canal. Apesar de não ser do interesse de Israel ocupar a Península do Sinai, era urgente destruir o exército inimigo- que havia se tornado uma ameaça muito séria a sua existência. Outro ponto que era de conhecimento dos judeus, era o fato da necessidade de ser um ataque relâmpago, já que algo tático exigiria recursos que os mesmos não detinham. Concluiu, logo, que não havia momento mais propício para atacar o Egito, senão aquele. Vai justificar sua ação politicamente argumentando que o país tinha encerrado o porto de Eilat- única saída para o mar Vermelho, que possibilitava um acesso ao oceano Índico e por onde chegava cerca de 90% do petróleo, principalmente vindo do Irã. O comércio marítimo de Israel ficou praticamente inviável, já que o Estreito de Tiran estava bloqueado e a navegação pelo Canal de Suez proibida. Afirmavam estar sofrendo uma asfixia comercial, além do desrespeito a algumas normas de navegação internacional e do descumprimento da livre circulação do Canal.

Para os aliados de Israel, essa abertura de mais de uma frente também era muito benéfica por duas razões: a primeira delas era, obviamente, desconcentrar as forças egípcias do Canal- uma vez que teriam que defender-se do ataque à leste. Em segundo plano, utilizariam isso como uma validação internacional da sua intervenção, visto que, de fato, não estariam dando início a nenhum conflito, apenas intercedendo e tentando pacificar um combate já existente. De quebra, ainda conseguiriam garantir seus interesses no Canal.

Na madrugada do dia 29 de outubro, os israelenses iniciam a guerra. Uma operação denominada Kadesh vai abrir várias frentes muito bem estruturadas. 395 pára quedistas vão saltar sobre o desfiladeiro de Mitla, no Sinai, garantindo uma posição estratégica fundamental a 30 quilômetros do Canal de Suez. Outrossim, cerca de 45 mil homens, coordenados pelo general Moshe Dayan, vão invadir a Península do Sinai e derrotar as tropas egípcias ali presentes, rumando, posteriormente, em direção ao Canal. Além das tropas, 130 aviões de combate e 180 tanques vão ser direcionados para essa região. O exército egípcio que vai recepcioná-los era um pouco menos numeroso. Em cinco dias, as tropas israelenses vão dominar o Sinai e empurrar os egípcios para a margem esquerda do Canal de Suez. Israel ficou responsável pela maior parte do confronto terrestre.

As investidas foram programadas em várias fases. Os resultados e o decorrer do conflito que determinariam se Israel continuaria avançando ou não, dependendo do comando dos aliados. Em determinados momentos, os israelenses precisaram moderar os ataques para não derrotarem o Egito antes que as tropas aliadas pudessem intervir. Nasser foi pego desprevenido e, dessa forma, suas estratégias não foram bem articuladas. Nem mesmo os israelitas tinham ideia de tamanha excelência que vinham atingindo, porém, aproveitaram acertadamente cada oportunidade. Capitalizaram o máximo de resultados obtidos antes de passarem para a próxima fase.

No dia 30 de outubro, foi expedido, por parte das potências europeias, um ultimato à Israel e ao Egito, que requisitava o fim das atrocidades e a movimentação de todas as forças para uma distância de 16 quilômetros do Canal. Também foi reivindicado o direito de ocupação de Port Said, Ismailia e Suez, visando a navegação pelo Canal. Como previsto, o Egito recusa aceitar a exigência. Agora, de maneira legal, Grã-Bretanha e França poderiam envolver-se diretamente no confronto. Israel em nada abalou-se com a proposta de seus aliados, pois, no momento, seu objetivo era apenas causar o maior número de baixas possíveis no exército inimigo. O Estado judeu detinha de um certo conforto para concentrar-se nisso, já que no acordo pré-guerra os aliados garantiram que, em um primeiro momento, o protegeria por meio do céu. Desse modo, Israel previa que a primeira intervenção aliada seria um bombardeio em posições táticas no Egito. Com os ares garantidos e um exército inimigo em posicionamento dúbio, só restava causar o maior estrago que conseguisse para contabilizar depois. Para Nasser, era completamente inviável aceitar o ultimato, uma vez que isso significaria entregar parte de seu território, além de ter que retirar-se do Canal.

Em 31 de outubro, a Operação Mosqueteiro- código do ataque Franco-britânico teve início. Com o discurso de que iriam salvar o Canal, a Grã-Bretanha vai decolar de suas bases de Chipre e Malta e fazer bombardeios aéreos em Port Said e outras posições egípcias ao longo do Canal. A França vai mandar tropas paraquedistas ao Porto Fuad e outros pontos que, futuramente, vão dirigir-se ao interior do Canal. Cerca de 70 mil soldados britânicos, 30 mil soldados franceses, 1.200 aviões e dois terços da Marinha de Guerra inglesa foram mobilizados. A decisão de grandes potências declararem uma guerra aberta a um país de terceiro mundo, como o Egito, chocou todo o mundo. O líder árabe, precisando reagir de alguma maneira a essa brutal intervenção, afundou cerca de 40 embarcações e bloqueou o Canal- que só retornou a abrir em nove de abril do ano seguinte. As duas frentes egípcias eram muito mal preparadas e não ofereceram nenhuma resistência ao avanço Franco-britânico- que era composto por corpos de elite bem treinados e com vasta experiência em tropas de choque.

A fraca organização já havia aparecido no confronto com os israelenses e agora tornava-se ainda mais evidente. Essa ousada operação protagonizou um fiasco jamais visto até então.

O local que ofereceu maior resistência foi Abu Aweigla, que segurou o ataque devido a uma forte guarnição que se encontrava entrincheirada. Por conta dos bombardeios, o exército egípcio recebeu ordens para saírem do Sinai e dirigirem-se para as posições de El Qantara, Ismailia e Suez. Os israelitas, beneficiando-se da saída do inimigo, destruiu ou capturou o máximo de equipamento militar que conseguiram.

Nos dias dois e três de novembro, um corpo expedicionário é enviado, aspirando o controle de Port Said, Port Fouad, Ismailia, El Quantara e Suez. Os desembarques de maior importância vão acontecer nos dias quatro e cinco de novembro. O plano de ataque europeu era dividido em três momentos distintos. No dia cinco de novembro, Israel vai fazer seu último ataque- já que havia conquistado todos os seus objetivos no Sinai. Nessa investida, vai conquistar Sharm El Sheikh e, por conseguinte, reabrir o Estreito de Tiran e a navegação do Porto de Eilat. Em seis de novembro, Port Fouad e Port Said- localizados nas margens do Canal- foram tomados. O cessar-fogo ocorreu nesta data, às 19 horas locais dos ingleses, porém, antes disso, ainda conseguiram expandir suas conquistas até El Cap e El Qantara.

No balanço final do último ataque israelita, 1500 egípcios e 181 israelenses perderam a vida. Outrossim, 6 mil prisioneiros foram feitos pelo exército judeu, além de terem capturado cerca de 50 milhões de dólares em equipamento militar. Se as perdas forem analisadas de uma maneira isolada, nota-se que os bombardeios aéreos causaram a destruição operacional do exército árabe e fortaleceu, significativamente, o israelense.

Outras questões políticas fundamentais marcaram esse conflito. Em primeiro lugar, quando França e Inglaterra planejaram uma ação militar, ambas acreditaram veementemente que a União Soviética não interviria no Oriente Médio, uma vez que estava profundamente ocupada tentando conter as insurreições que vinham ocorrendo na Polônia e na Húngria- dois países de domínio soviético. As revoltas foram tão intensas que clamaram por invasões de tropas russas para a retomada do controle. Entretanto, não foi bem dessa maneira que o cenário configurou-se. O Marechal Bulganine, chefe do governo soviético de Nikita Khrushchev, manifestou imediatamente repúdio ao embate que estava ocorrendo, além de, em tons ameaçadores, dizer que existia o perigo de pequenas guerras tornarem-se grandes guerras. Em outras palavras, isso significava que a URSS lidava com a possibilidade de recorrer aos armamentos não-convencionais para defender seus aliados. A União Soviética enviou mensagens para os chefes de Estado da França, Grã-Bretanha e Israel, avisando que ataques de mísseis nucleares poderiam acontecer. As ameaças eram contundentes e explicitava que estavam dispostos a recorrerem aos meios disponíveis se isso fosse ajudar um aliado regional. Para os ingleses, foi questionado de forma irônica como ficaria o país sendo atacado por uma potência que dispunha dos mais modernos armamentos de destruição. À Israel, a mensagem destinada dizia que caso não parassem de agir de maneira “irresponsável e criminosa”, a existência do Estado passaria a correr riscos. Outrossim, exigiu a retirada de suas tropas do Egito e ordenou que seu embaixador regressasse à Moscou. A superpotência conseguiu, por meio de sua coação, fazer com que Israel retirasse suas posições do Egito.

Porém, não foi apenas a União Soviética que condenou o conflito na região. Essa atitude partiu do maior aliado dos membros beligerantes dentro da Guerra Fria. Os estadunidenses não podiam permitir que os desejos e interesses Franco-britânicos e as

aspirações políticas israelenses criassem o risco de uma guerra direta com a URSS. A priori, o presidente norte-americano, Dwight Eisenhower, não acreditava que o confronto ocorreria, mesmo com as manifestações públicas dos franceses. Desse modo, quando a ação militar passou a ficar evidente, o líder estadunidense declarou para David Ben-Gurion sua preocupação com a movimentação das tropas israelenses em direção ao Egito e alarmou que elas poderiam pôr em xeque a paz e a amizade prósperas entre as duas nações. Quando a guerra começou, de fato, o presidente norte-americano demonstrou estar profundamente estressado. A entrada dos franceses e britânicos foi a gota d'água para que o país se manifestasse publicamente.

O chefe de Estado relatou a seus assessores que o conflito era um erro estratégico imensurável, já que os árabes poderiam criar uma aliança contra as potências ocidentais, em um período que os Estados Unidos buscava dividi-los- com a clara intenção de isolar Nasser. Ademais, Eisenhower tinha a perfeita noção de que a União Soviética não só se posicionaria em defesa do Egito- o que poderia aumentar a área de influência dessa superpotência em todo Terceiro Mundo-, como seria capaz de intervir militarmente. Outro ponto negativo da ação em relação à URSS, foi o fato do ataque europeu tirar o foco da dura repressão que os russos vinham fazendo na revolta na Hungria. Assim, os norte-americanos ficaram divididos entre apoiar seus maiores aliados dentro da Guerra Fria ou ter a chance de demonstrar que seguiam os princípios que defendiam internacionalmente, optando pelo lado legal.

Em 1950, foi assinada a Declaração Tripartite, que consistia na condenação de qualquer ato militar no Oriente Médio e estabelecia o apoio a qualquer Estado vítima de agressão. Em reuniões mais restritas, os EUA diziam que não poderiam apoiar a coalizão dessa vez, pois isso violaria esse tratado- França, Estados Unidos e Grã-Bretanha eram signatários deste acordo. Ironicamente, essa declaração muitas vezes foi usada para proteger Israel e, agora, era usada contra o país.

Contudo, nessa circunstância, o pior que poderia acontecer era uma participação soviética direta, já que desde 1949, o país era uma potência nuclear. No momento em que o embate teve início, o Premier soviético, Nikolai Bulganin, mandou uma carta para o presidente norte-americano dizendo que a operação realizada pela coalizão poderia levar à terceira guerra mundial. Acima de tudo, notificou que o país não hesitaria muito em fazer uso de seu arsenal atômico.

O conflito desestabilizou completamente a relação entre EUA e Israel, França e Grã-Bretanha. O governo estadunidense ameaçou cancelar toda ajuda- governamental ou privada-, caso as operações israelenses tivessem prosseguimento. Ou seja, além de paralisar qualquer auxílio proveniente do Estado, criaria um mecanismo para impossibilitar que os judeus norte-americanos continuassem a enviar recursos econômicos para Israel- essa assistência financeira era primordial para a existência do Estado judeu. Além disso, Washington disse que, eventualmente, apoiaria a expulsão do país da ONU. No que tange à Inglaterra, Eisenhower ficou particularmente incomodado com o posicionamento que o país tomou, sem manter seu aliado de muitos anos informado acerca do confronto. As três nações sofreram sanções econômicas severas por suas atitudes. Os Estados Unidos vão provocar a queda da libra esterlina no mercado internacional através da venda intensa dessa moeda, além de o presidente norte-americano ter feito uma ligação pessoal para o primeiro-ministro britânico. Isso força a Grã-Bretanha a recuar. Para a França, não restou outro caminho, senão acompanhar. No dia seis de novembro, os países europeus, humilhados, comunicaram que

aceitariam o cessar-fogo. Dois dias depois, Israel findou as operações militares no Egito e iniciou sua retirada do território inimigo.

Curiosamente, talvez pela primeira vez desde o começo da Guerra Fria, EUA e URSS concordaram veementemente em algo. Ambos condenavam os ataques feitos e vão tentar desencorajar as outras partes por meio de ameaças. A coação usando as armas nucleares em seus discursos foi a maneira de equilibrar o poder entre essas duas superpotências e a forma que encontraram de obter vantagens sobre os demais. É fundamental ressaltar que ambas as nações enxergavam o contexto por um prisma maior: a Guerra Fria. Por isso, compactuam do mesmo ideal de não começar um embate naquela região. Cada um possuía seus próprios interesses, mas tinham consciência de que não era o momento ideal para se enfrentarem diretamente pela primeira vez.

De qualquer modo, França e Inglaterra conseguiram conquistar o controle do canal de volta. Todavia, foram duramente condenados pelos EUA por conta do uso da força. A superpotência não poderia permitir que seus aliados, por conta de interesses unilaterais, arriscassem um confronto com os soviéticos, como foi supracitado. De alguma maneira, após a invasão israelita, as quatro grandes potências chegaram a um ponto frágil: todos detinham de interesses claros no Oriente Médio, fossem eles políticos, econômicos ou militares.

É válido mencionar que não foram apenas as duas superpotências da época que criticaram esse conflito. Após a guerra ter sido declarada no dia 29 de outubro, uma onda de desaprovação internacional surgiu. Todo o então denominado Terceiro Mundo acusou esses países de estarem cometendo uma agressão imperialista. A campanha militar também foi muito rejeitada dentro da Inglaterra e França. As Nações Unidas também posicionaram-se contra a ação, colocando o conflito sob uma nova forma de análise no cenário internacional.

Por fim, mas não menos importante, urge-se mencionar a atuação da ONU nessa conjuntura. A primeira atitude tomada pelos norte-americanos para tentar frear o conflito foi a diplomacia. Posto isso, a questão foi levada ao Conselho de Segurança e severas resoluções foram apresentadas contra a coalizão- tanto pelos Estados Unidos, como pela União Soviética. Manifestamente, Inglaterra e França vetaram todas elas. Pela primeira vez, o Conselho de Segurança presenciou uma votação em que EUA e URSS votaram juntos contra França e Grã-Bretanha. Notando a dificuldade e seriedade do caso, a ONU, por intermédio de seu Secretário-Geral Dag Hammarskjold, inferiu que apenas o fim da luta armada e remoção das tropas estrangeiras do Egito poderiam trazer a paz novamente. A Assembleia Geral, de forma rápida, propôs, no dia cinco de novembro, a criação de um comando das Nações Unidas para uma Força Internacional de Emergência (FENU). No dia seguinte, definiram o que guiaria a organização, quais seriam os princípios seguidos, como as missões e o recrutamento ocorreriam, de onde viriam os recursos financeiros- força multinacional-, além de garantirem que o funcionamento poderia ocorrer sem o uso da violência, garantindo um cessar-fogo e o respeito às resoluções da Assembleia Geral.

A crise do Suez é um marco porque, pela primeira vez, a ONU vai utilizar seus “capacetes azuis”. A FENU vai ser um grupo armado que deve supervisionar a área e acabar com as hostilidades ali presentes. No dia 22 de dezembro, as tropas francesas e britânicas vão deixar a zona do Canal. A força de interposição da ONU vai ocupar a Península do Sinai. É importante citar que Israel- que nesse momento possuía o controle total do Estreito de Tiran,

da Faixa de Gaza e da Península do Sinai- não demonstrou ter muita pressa para retirar suas tropas, portanto, só saiu definitivamente do território egípcio em março de 1957.

A vitória militar foi, inquestionavelmente, israelense. O Estado judeu consolidou sua fama de invencível e tornou-se ainda mais temido. De novo, haviam conseguido impor-se militarmente. Contudo, se analisado pelo ponto de vista político, a coalizão teve que lidar com o perigo de um colapso financeiro, com a hostilidade mundial e com a humilhação. Para a Grã-Bretanha, o fim de sua hegemonia no Oriente Médio ficou explícita, juntamente com a perda de um ponto estratégico fundamental. Além disso, precisaram encarar as consequências do novo xerife do mundo: a Guerra Fria- que nesse momento, demonstrava toda sua força.

5.3.3 Consequências

A crise do Suez deixou alguns efeitos notórios na geopolítica mundial. França, Grã-Bretanha e Israel perceberam que não possuíam liberdade infinita para agirem da maneira que lhes fosse conveniente, sem sofrerem qualquer tipo de retaliação. Os militares israelenses perceberam que teriam que agir de forma minimamente responsável para manter o apoio dos Estados Unidos.

Israel, apesar de ter recuado, foi o único membro da coalizão que obteve qualquer tipo de sucesso. Conquistou a abertura do Golfo de Aqaba e findou as infiltrações palestinas. Esse resultado confirma para os judeus que eles vinham tornando-se uma potência bélica. Já em um panorama internacional, não se pode dizer o mesmo. Sua imagem ficou gravemente prejudicada, uma vez que no mundo árabe passou a ser visto como uma marionete das antigas potências imperialistas. O Estado judeu mais uma vez vai perder o direito de navegar no Canal.

A guerra do Suez trouxe para Israel a compreensão de que não poderia expandir seus territórios às custas de seus vizinhos. Suas conquistas não permitiram a manutenção dessas terras. Por esse motivo, via equipar a FDI (Força de Defesa Israelense) com armas mais avançadas para preservar sua superioridade bélica em prol dos exércitos árabes. Nota-se, portanto, que Ben-Gurion acreditava que conquistaria suas ambições através de confrontos militares- tinha em mente que seu poder bélico tinha frente à manutenção do país na região.

O Estado judeu também havia percebido a importância do apoio externo para o crescimento da nação. Tendo em vista o avanço da influência soviética pelos países que o cercavam, vai buscar firmar acordos com os Estados Unidos. Inicialmente, a superpotência vai rejeitar qualquer tratado com Israel, pois precisava preocupar-se com o petróleo árabe- fundamental para os norte-americanos. Portanto, para conquistar o que almejava, os EUA necessitava manter uma certa distância do maior inimigo dos países árabes nesse momento. Esse cenário vai modificar-se com a criação da Doutrina Eisenhower em 1957. Outro problema que surgiu no pós-guerra foi a emergência de um líder pan-arabista ainda mais forte do que antes. Para lidar com esse obstáculo, Israel vai estabelecer a “Aliança com a Periferia”, que consistia em um elo secreto e sem recursos formais, composta por Iraque e Turquia- países árabes e não islâmicos-, e com a Etiópia- nação cristã. Uma parcela significativa de petróleo que Israel usou nesse momento veio do Iraque. Assim, a aliança possuía um conceito mais abrangente do que uma ajuda mútua, era também um tratado estratégico.

Os países europeus, com muito custo, finalmente reconheceram que seus tempos hegemônicos haviam chegado ao fim e agora eram potências de segunda categoria. Não detinham de poder suficiente para ditarem as regras da política internacional. Dessa maneira, Estados Unidos vai começar a liderar o bloco ocidental no Oriente Médio e a União Soviética vai aumentar seu prestígio com os países do Terceiro Mundo. Os soviéticos também vão conseguir quebrar a barreira anglo-americana e cravar sua posição nessa região do globo. O primeiro-ministro britânico vai renunciar dois meses após a saída da Inglaterra do território egípcio. Ele vai ser responsabilizado pela grande humilhação enfrentada pelos ingleses. Da mesma maneira, Guy Mollet vai ser rechaçado. Entra para a história como o mal amado e, apesar de ter sido um dos idealizadores da União Europeia, a questão do Suez e a guerra na Argélia vão culminar no seu afastamento e na queda da IV República francesa. O período do colonialismo chegava ao fim.

A vitória política de Nasser vai consolidar o nasserismo e legitimá-lo como líder incontestável. Se a coalizão visava derrubar o líder egípcio com esse conflito, os resultados foram contrários. Ele vai tornar-se um verdadeiro herói no mundo árabe. Apesar de ter sido militarmente derrotado, vai usar muito a sua máquina de propaganda para vangloriar-se de sua vitória no campo diplomático- as televisões e rádios vão servir de catalisadores para as massas árabes. Ter sobrevivido aos ataques de três potências regionais super respeitadas garantiu seu protagonismo local. Sua imagem vai aumentar seu carisma e certificou sua posição na Liga Árabe, nos Países Não Alinhados e na OUA (Organização da Unidade Africana). Ademais, vai conseguir que a ONU condene a coalizão pela invasão, causando uma discórdia entre os franceses, ingleses e norte-americanos, além de um endurecimento por parte da URSS. Vai assegurar também o apoio soviético ao Egito e estimular o mundo árabe a uma posição mais ativa na causa palestina- com isso, novos movimentos de resistência começam a serem formados. A partir de agora, seu objetivo passava a ser combater Israel e aqueles países que o apoiavam.

O momento posterior à saída de Israel da Península do Sinai foi de calma. Embora permanecesse em alerta por conta do iminente risco de ataques árabes, a quantidade de civis mortos em atentados reduziu consideravelmente. Entre 1949 e 1956, 486 pessoas morreram. Já entre 1957 e 1967, esse número caiu para 189. A população israelense vai triplicar e o índice anual de crescimento vai ultrapassar 10%.

No que tange aos Estados Unidos, o conflito causou surpresa e decepção. Seus maiores aliados no contexto internacional haviam escondido o verdadeiro intuito por trás das hostilidades propagadas contra o Egito, além de terem quebrado a Declaração Tripartite. Em relação à Guerra Fria, uma guerra nuclear poderia ter sido gerada por um assunto considerado periférico pelas superpotências. Em um sistema dicotômico, os Estados de cada bloco precisam estar alinhados com o seu líder. A intensa união entre Estados Unidos e União Soviética para solver esse conflito evidenciou a desconformidade das duas novas potências contra a antiga ordem imperial. O poder dos novos xerifes do mundo ficou claro quando a libra foi depreciada e a Inglaterra foi obrigada a recuar de maneira humilhante. Ambos deixaram nítido que não hesitariam em aplicar sanções caso não fossem consultados antes de uma guerra. Essa crise também foi um divisor de águas por ter aberto os caminhos estadunidenses no Oriente Médio. A decadência da hegemonia britânica e o petróleo foram os principais estímulos para uma atuação mais assídua na região. O grande desafio agora era controlar o nacionalismo árabe, objetivando a dominação econômica- a princípio, não tinha correlação com o avanço da URSS.

Por último, é importante compreender que esse episódio não foi apenas uma reação à nacionalização do Canal. Apesar de ter sido o estopim, essa atitude está envolvida em uma conjuntura muito maior. Uma decisão política não poderia resumir tamanha complexidade de muitos conflitos de interesses naquela região. Cada membro da coalizão encarou esse fato de uma maneira diferente. A Grã-Bretanha interpretou a nacionalização como o auge da ousadia de Nasser. Já os franceses, buscavam na postura de Nasser um pretexto para frear o líder que ameaçava sua soberania no Norte da África. Israel desejava apenas virar o jogo contra o Egito e apontá-lo como agressor, enquanto fazia parte de uma aliança com duas potências europeias. Não necessariamente isso deveria ter sido resolvido por meio de uma guerra. Essa foi a opção que os países envolvidos escolheram para lidar com o problema que manifestava-se na frente deles. Israel, por exemplo, possuía propostas diplomáticas para lidar com a questão do Egito que, por unanimidade, era uma ameaça a sua existência. O embate no Canal de Suez foi uma escolha de como encarar a nova realidade política do Egito- realidade essa que vinha conquistando seu espaço no Oriente Médio e corria o risco de espalhar-se por todo Terceiro Mundo. Em suma, a Guerra do Suez foi a alternativa escolhida pelos britânicos, franceses e israelenses para lidar com a ascensão de Nasser.

5.4. Organização para a Libertação da Palestina

A organização para Libertação da Palestina-OLP- é um grupo político e paramilitar que tem como objetivo representar os interesses do povo palestino e conquistar o reconhecimento do território. A Organização foi criada em 1964, pelo Conselho Nacional Palestino, criado pela Liga Árabe para representar a Palestina em reuniões, durante um encontro contendo mais de 422 figuras representativas de diferentes nações e do povo palestino.

Inicialmente, a OLP foi fundada com objetivo de criação de infra-estrutura para atender as comunidades palestinas nos campos militares, proteção da população, financeiro, político e administrativo. Dentre os ditos em seu documento original de fundação, declara que a Palestina, com as fronteiras que existiam no tempo do Mandato Britânico, é uma unidade regional integral, que dentre seus objetivos está a proibição do sionismo, além de advogar o direito de retorno e a autodeterminação do povo palestino.

A OLP auxiliará e lutará pela garantia dos direitos dos Palestinos e sua segurança, não poupando esforços e estratégias militares durante a Guerra.

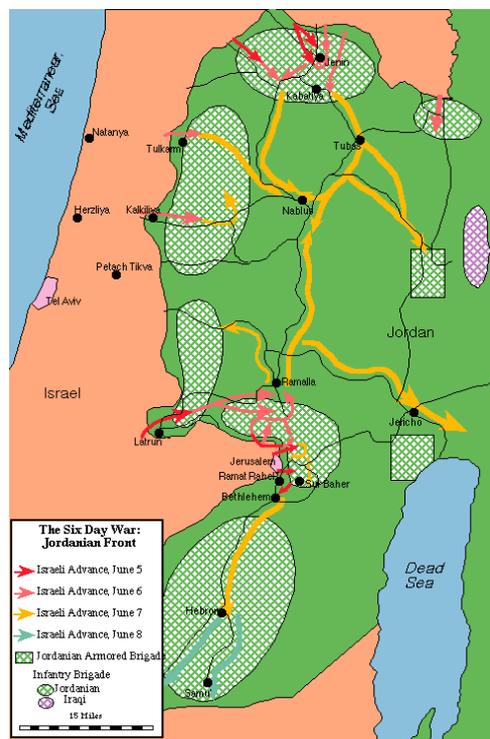
da Palestina.

6. Territórios de interesse para Israel.

6.1. Cisjordânia.

O território da Cisjordânia possui aproximadamente 5.640 quilômetros quadrados, sendo 50% desta terra não favorável à agricultura. Em 1947, a ONU pôs em prática um plano de divisão do território em duas partes: uma para os judeus e outra para os árabes, porém houve uma enorme insatisfação em relação a partilha, ocasionando assim, uma guerra civil entre os mesmos (mais conhecida como Primeira Guerra Árabe-Israelense). Logo após este conflito, em 1948, a Cisjordânia, de forma ilegal, foi anexada a Jordânia, tornando todos os seus habitantes em cidadãos jordanianos, esses que são, sobretudo, palestinos, fato que contribuiu para que a região, de acordo com a Resolução 181 da ONU, fosse parte de um Estado Palestino, mesmo possuindo tropas israelenses em sua região.

A Cisjordânia exerce uma grande importância e influência em diversas religiões, visto que é neste local que se encontra Hebron, considerada pelos judeus e muçulmanos uma das cidades mais sagradas do mundo. Acredita-se que os sepulcros de Abraão, Isaque e Jacó; a Igreja da Natividade, onde se indica o nascimento de Jesus; e o Monte da Tentação, onde se prega que Jesus tenha sido tentado pelo demônio, se encontram na região da Cisjordânia, assim tornando Hebron uma cidade sagrada aos olhos do cristianismo, judaísmo e islamismo.



6.2. Faixa de Gaza.

A Faixa de Gaza é um território palestino que exerce fronteira com o Mar Mediterrâneo pela Costa Oriental, estabelece fronteira também com o Egito pelo Sudoeste e com Israel no Leste e no Norte. O local possui aproximadamente 360 quilômetros quadrados, além de apresentar um clima árido, sendo propício à desertificação. A Faixa de Gaza, de acordo com o plano de Partilha da Palestina redigido pela ONU em 1947, estaria sob o comando do grande país árabe,

a Palestina, visto que, na região, havia uma grande porcentagem de palestinos que migraram por temor do recém criado Estado Judeu, Israel. Após a Primeira Guerra Árabe-Israelense, o Egito, com o apoio de tropas da ONU, assumiu o controle desta faixa de terra que deveria estar sob a liderança dos árabes palestinos. A Faixa de Gaza é de suma importância para os egípcios pois é através dela que o Egito irá se proteger contra as tentativas de Israel de aumentar suas conquistas territoriais frente aos países árabes. Haja vista o seu temor, em 1956 o Egito criou o conhecido Pan-arabismo, que tinha como objetivo reunir esforços para a criação de um elo político, econômico e cultural entre os países árabes, para assim, se defender dos interesses de Israel e dos países ocidentais.



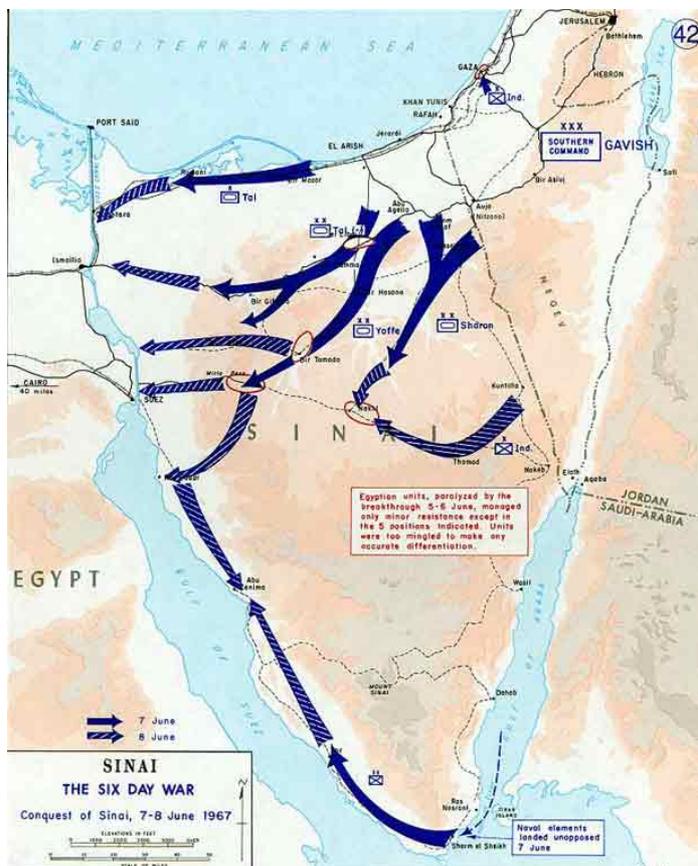
6.3. Península do Sinai.

A Península do Sinai possui uma importante posição estratégica, tendo em vista que une dois continentes em sua região: a África e Ásia, além de separar dois mares de extrema importância no cenário mundial, o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo. O território conhecido como a terra do petróleo possui uma superfície de 61.000 quilômetros quadrados, sendo ela de forma triangular. Na região da Península encontram-se dois locais de suma importância para as 3 religiões monoteístas que circundam o Oriente Médio: o Monte do Sinai, onde prega-se que Moisés tenha recebido a tábua dos Dez Mandamentos e o Mosteiro de Santa Catarina, valoroso ao cristianismo.

O Egito por muito tempo comandou a área conhecida como Península do Sinai, até que em 1956, eclodiu a conhecida Guerra de Suez, ou a também chamada Segunda Guerra Árabe-Israelense. No dia 29 de outubro de 1956, os judeus promoveram uma invasão militar na

Península do Sinai, ao mesmo tempo em que grupos de paraquedistas franceses e ingleses tomaram Port-Said. A guerra estava declarada, israelitas, franceses e ingleses juntaram-se para disputar o controle da região com o Egito.

Devido a grande vitória de Israel sobre o Egito, a primeira medida tomada pelo Estado Judeu foi reabrir o Porto de Eliat, todavia essa conquista de Israel durou pouco tempo, uma vez que a União Soviética se expressou sobre o conflito, ameaçando a França e a Inglaterra de um possível ataque nuclear. As Nações Unidas, na tentativa de erradicar os conflitos existentes na localidade, interferiu no confronto, retirando as tropas israelenses da região, e assim, tomando a posse do território. O fim da guerra pela Península aconteceu quando o Canal de Suez foi reaberto no dia 10 de abril de 1957.



6.4. Colinas de Golã.

As Colinas de Golã estão localizadas na região do Levante (grande faixa de terra encontrada na região do Oriente Médio). Territorialmente, a área é limitada a Leste pela Mesopotâmia e a Oeste pelo Mar Mediterrâneo. As Colinas são uma faixa de terra pouco povoada e montanhosa no Sudoeste da Síria, a maioria de seu povo é considerada como sírios, porém há também um grande número de colonos judeus na região. Possui uma área de 1,2 mil quilômetros quadrados com vista para o Líbano, Síria e o Vale do Jordão.

Logo após as sucedidas guerras entre árabes e israelenses, que estenderam-se no período de 1948 a 1956, o território da Colina de Golã passou a ser administrado pela grande potência árabe, a Síria. Ademais, o Estado de Israel possui um grande interesse na região supracitada, haja vista, que a localidade permite ao país judeu ter uma forte posição de defesa e ataque frente aos países árabes, além de fornecer um ótimo ponto de observação para monitorar os movimentos militares do outro lado da fronteira. Além do mais, no passado, a Síria ter usado as colinas como base militar para concluir seu objetivo de bombardear áreas pertencentes ao Estado Judeu, indubitavelmente, resultou no aumento da relevância do território para Israel, já que este possui um grande temor de um novo ataque.

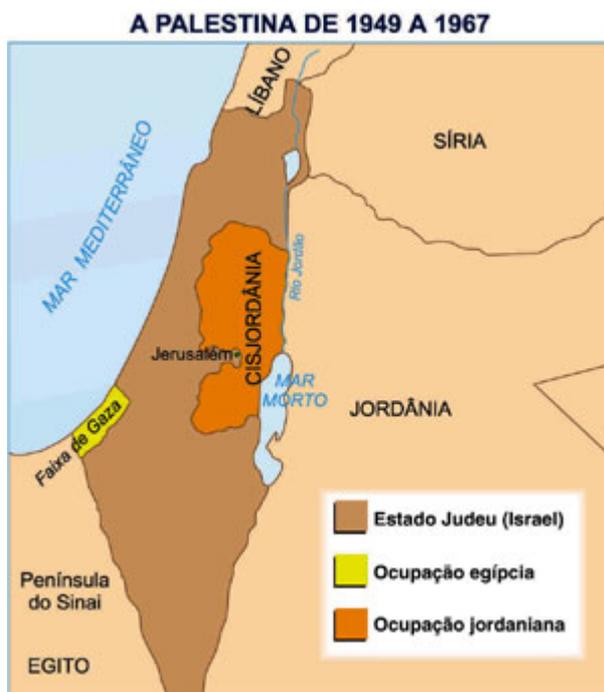


6.5. Jerusalém Oriental.

Jerusalém, uma das cidades mais antigas do mundo, localiza-se no Oeste do continente asiático, entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Morto, na extremidade de um planalto. No território referente a cidade de Jerusalém, destaca-se a presença de lugares sagrados para as três grandes religiões monoteístas que circundam o Oriente Médio, possui por exemplo a Mesquita de al-Aqsa, um dos três locais mais importantes para os islâmicos; além de apresentar o Muro das Lamentações, se tratando dos únicos vestígios do antigo Templo de Herodes.

Segundo as determinações explícitas no Plano de Partilha da Palestina em 1947, Jerusalém, devido à relevante importância que exerce nas três religiões abraâmicas, deveria ser "corpus separatum", ou seja, uma área conduzida internacionalmente e administrada por parte das

Nações Unidas. Entretanto, com a Primeira Guerra Árabe-Israelense em 1948, as disputas entre judeus e árabes pelo território de Jerusalém só vieram a aumentar, assim, fazendo com que esta região se dividisse em duas zonas, uma zona oriental e a outra ocidental. Haja vista que na região ocidental havia um maior número de habitantes judaicos, ficaria decidido então que aquela porção de terra estaria sob o comando de Israel, enquanto a parte oriental, que possuía 6 metros quadrados e uma população majoritariamente árabe, seria de controle jordaniano.



7. Situação atual

Em primeiro plano, é fundamental salientar que são muitos os elementos que culminaram no ataque do dia cinco de junho de 1967. Tentar resumir em singelas palavras os acontecimentos históricos que resultaram nessa disputa incessante dentro do Oriente Médio. Dessa maneira, os fatos mencionados a seguir são apenas um breve resumo do que levou Israel a iniciar esse conflito.

Compreender as questões políticas contemporâneas das partes beligerantes é primordial para um bom entendimento do conflito. Em 1963, Israel vai passar por uma mudança de líderes em que David Ben-Gurion vai deixar o cargo para seu sucessor Levi Eshkol. O novo governante vai possuir uma maneira de lidar com os conflitos que envolviam seu país de uma maneira bem diferente de seu antecessor. Ele vai priorizar o diálogo e a diplomacia, acreditando que chegaria a uma existência pacífica entre os povos. Nesse momento, o Estado judeu ainda buscava a consolidação e legitimação do apoio externo para desenvolver seus projetos. Quando John Kennedy é assassinado e Lyndon Johnson assume o cargo de presidente, a sorte israelense começa a mudar. O chefe de Estado defendia uma política favorável ao seu país e exercer um papel fundamental na validação de Israel frente aos árabes. O novo primeiro-ministro fundiu dois partidos políticos- Mapai e Achdut-, fundando o Alinhamento e, com isso, vai estabelecer um canal secreto com a Jordânia. Devido ao êxito conquistado por Eshkol, Ben-Gurion, enciumado, vai instituir um novo partido político de oposição, denominado Rafi.

Um problema recorrente nesse período é o embate entre Síria e Israel. Em 1949, tratados demarcaram Zonas de Desmilitarização entre os dois países. Porém, a escassez de recursos hídricos na região foi motivo para que conflitos constantes ocorressem. A nação árabe passou a estimular diversos ataques contra o Estado judeu- que sempre saía vitorioso. A Síria planejava obstruir um dos afluentes do Rio Jordão e redirecioná-lo para a irrigação de suas plantações. Entretanto, esse rio é de extrema relevância para Israel. Ele é formado pela confluência de outros três rios: Bania (Síria), Hazbanil (Líbano) e Dan (Israel). O pedaço israelense origina 50% da água do Jordão. O plano sírio não afetaria apenas seu vizinho inimigo, como outros países árabes. A grande questão foi que o primeiro-ministro judeu havia atuado na questão hídrica do país antes de tomar posse do seu atual cargo e, por conseguinte, reagiu de maneira bem sensível com o posicionamento adotado pelo governo sírio. Por outro lado, os membros da FDI (Força de Defesa de Israel) tinham uma perspectiva militarista acerca do assunto. Em 1964, a Liga Árabe realizou uma reunião em que o tema principal foi a água do Jordão. Esse tópico era de extrema importância e por isso ficou decidido que o estabelecimento de Israel era uma ameaça à nação árabe e, por unanimidade, definiram que isso deveria ser impedido. E, já que o fortalecimento de Israel comprometia a existência de um país árabe, o desvio dessas águas só os tornaria mais vulneráveis a esse perigo. Desse modo, a urgência era desenvolver planos para lidar com temas políticos, sociais e econômicos, pois caso os resultados não fossem conquistados, os meios militares deveriam estar prontos para liquidarem Israel dessa maneira.



O mundo árabe vivia uma polarização. De um lado, Nasser tentava a todo custo não enfrentar Israel nesse momento, pois observava a superioridade bélica de seu inimigo- além disso, lutava contra uma crise econômica que era resultado de sucessivas derrotas. Seu objetivo era fomentar a militarização de seus aliados, para que houvesse um preparo anterior ao confronto. Ele sabia que precisaria travar uma guerra definitiva contra seu inimigo para conseguir fundar o Estado Árabe da Palestina. Posto isso, dizia que isso exigia uma preparação cautelosa, principalmente no que tange à modernização dos exércitos e posse de armamentos suficientes- tinha consciência de que naquele período Israel já possuía poder bélico o suficiente para repelir qualquer ataque dos países árabes. Para solucionar essa disparidade armamentista, Nasser contava com a ajuda da URSS. Apesar dos constantes alarmes, seus companheiros acabaram envolvendo-se em alguns pontos contra o Estado Judeu. Alguns palestinos, mormente o Fatah- apoiado pela Síria-, começaram as hostilidades contra Israel. Ataques aconteciam constantemente nas fronteiras entre os dois países e as FDI reagiram com repressão. Em uma dessas trocas de agressões, os israelenses derrubaram seis dos mais modernos aviões fornecidos pela União Soviética à Síria.

O país árabe passou a atacar frequentemente assentamentos israelenses nas fronteiras que dividiam as nações. Por conseguinte, líderes judeus tinham a necessidade de repreender esses atos de modo cada vez mais violento. Em abril de 1967, Israel executou ataques aéreos sírios. Como reação e visando respeitar um Acordo de Defesa com o Egito- foi firmado em quatro de novembro de 1966 e determinava que qualquer ataque a uma das duas nações seria considerado de ambas e, em caso de guerra, os exércitos agiriam em conjunto sob comando egípcio-, a Síria vai movimentar tropas para o Sinai, objetivando repelir futuras

investidas de Israel. O Egito vinha recebendo informações soviéticas de que o Estado judeu estava pronto para acometer a Síria. A União Soviética também possuía certa preocupação, haja vista que o país em risco era um grande aliado.

Os soviéticos vão sentir-se profundamente ofendidos quando os caças israelenses, fornecidos pela França, derrubam aviões russos. Por esse motivo, vão divulgar falsas notícias de um iminente ataque judeu à Síria, o que vai inflamar ainda mais os ânimos na região. O Ministro do Exterior russo advertiu à Assembleia Nacional do Egito que Israel havia colocado dez brigadas na fronteira com a Síria. Isso vai fazer com que Nasser movimente-se ainda mais para um possível conflito.

Os dias que antecederam o conflito foram marcados pelo sentimento de vingança pela Guerra do Canal de Suez. A propaganda Árabe repetia, incessantemente, a urgência de destruir Israel e o sentimento de pena que eles sentiam pelos judeus.

É importante compreender a posição do Egito nesse momento histórico. O país estava lidando com a guerra civil no Iêmen e, derrotado, saiu economicamente dizimado. As tropas que permaneceram no Egito não tinham capacidade de lutar contra os israelenses. Além disso, as promessas de desenvolvimento econômico acabaram não acontecendo e o prestígio de Nasser já não era tão grande como em 1956. Analogamente, pressões externas começam a serem feitas para que o confronto com Israel ocorra. A partir disso, precisa tomar decisões que serão decisivas para a ocorrência de uma batalha. Ele precisava honrar o pacto de defesa mútua, caso contrário, ficaria em uma posição muito ruim no Oriente Médio.

A Jordânia também tornou-se parte beligerante do embate que estava prestes a ter início. No dia 13 de novembro de 1966, contendidas em Samu, na Cisjordânia, foram atacadas por tropas da FDI. Casas foram destruídas e as baixas entre soldados jordanianos foram consideráveis. Mas, Israel alegou estar apenas retaliando as minas que ficavam do seu lado da fronteira. Evidentemente, essa explicação não teve credibilidade e sua atitude foi considerada desmedida. O rei Hussein era condenado internamente por não conseguir conter esse tipo de ação israelense e vários protestos foram realizados contra o regime. É válido lembrar que os dois países possuíam um acordo para manter a estabilidade na região do Rio Jordão e, portanto, o líder ficou com um sentimento de traição. Outrossim, a data escolhida para o ataque foi a mesma de seu aniversário- um claro sinal de desprezo por ele. O monarca vai procurar a ajuda de Nasser que, apesar de não fazer nada na prática, proferiu fortes discursos contra os israelenses- ele não confiava muitos nos hachemitas e não queria comprometer-se. Mesmo assim, o rei Hussein declarou que gostaria de fincar uma aliança militar com o Egito, o que fez com que o líder egípcio tivesse que firmar esse elo.

Outro ponto primordial para o entendimento do conflito é a questão palestina. A Primeira Guerra árabe-israelense fez com que muitos palestinos tivessem que exilar-se- mais de 700 mil árabes refugiaram-se nos países vizinhos. Em junho de 1966, segundo a ONU, 1.318.000 era o número de expatriados. O Egito abrigava muitos desses palestinos na Faixa de Gaza e os treinava para serem guerrilheiros e lutarem contra Israel. Para muitos, essa era a maneira mais justa de demonstrarem sua insatisfação com a situação que foi imposta em sua terra. Alguns até aderiram ataques terroristas.

- 12 de maio de 1967

O governo israelense vai difundir uma sequência de ameaças contra a Síria. A condição para que as ações não fossem colocadas em prática era que o país árabe parasse de sustentar as guerrilhas palestinas que atacavam constantemente seu território. Israel ameaçou ocupar a capital síria e derrubar o regime que vigorava no país. Essa atitude vai repercutir de forma significativa, já que a política externa israelense afirmava que não interviria na política interna de nenhuma nação árabe, apenas usaria a força para defesa própria em caso de agressão.

- 16 de maio de 1967

Neste dia, o líder egípcio vai ordenar a saída da UNEF da Península do Sinai e determinar o fechamento do Estreito de Tiran para navegação israelense. Ele alegou que a retirada das forças da ONU intencionava a segurança dos membros ali presentes. Do ponto de vista político, isso foi visto como o cumprimento da promessa de livrar-se das odiosas forças da ONU- em suas palavras. Foi proposto por ele à Organização que o afastamento seria apenas parcial, porém, as Nações Unidas não aceitaram e definiram que ou saíam por inteiro ou permaneceriam daquela maneira. Diante disso, Nasser opta por uma retirada completa, abrindo espaço para que suas tropas ocupassem a região. O Egito instalou cinco divisões de infantaria e duas divisões de blindados na localidade. Foram 100.000 tropas egípcias e 1.000 tanques na fronteira sul com Israel. A Síria também mobilizou tropas que foram posicionadas nas Colinas de Golã- pedaço que fazia fronteira com Israel. Já o Iraque enviou uma força expedicionária para a Jordânia, como maneira de preparar uma investida coordenada. Assim, Israel estava cercado por inimigos armados de todos os lados.

O impedimento da navegação israelense no Estreito de Tiran foi o fator decisivo para o começo do conflito. Essa decisão envolvia questões políticas, econômicas e psicológicas. Foi uma determinação unilateral de Nasser que colocava Israel sob sua influência. Ademais, bloqueava o acesso ao petróleo iraniano e o Porto de Eilat. Além do mais, quando, em 1957, os judeus saíram de Sharm El-Sheikh foi declarado que caso o Estreito fosse fechado novamente, constituiria casus belli.

- 23 de maio de 1967

Os israelenses estavam muito preocupados com o fato do Egito ter concentrado cerca de 90 mil homens e 950 tanques no Sinai. Desse modo, seus reservistas mobilizaram-se e, nesse dia, todo o país já estava em alerta. Todavia, o primeiro-ministro estava preocupado com a economia, já que manter uma mobilização por muito tempo era extremamente caro e inviável. Nesse momento, a guerra já era um fato, pois em uma conversa com os Estados Unidos, o Estado judeu confirmou não ter outra alternativa senão o confronto armado.

- 30 de maio de 1967

A Jordânia ingressou no Tratado de Defesa Mútua, assinado pelo Egito e pela Síria em 1966, que transformou-se no Pacto de Defesa Árabe.

- 4 de junho de 1967

A partir da coalizão árabe formada e do risco de um ataque iminente, Israel coordenou um ataque preventivo. A ação foi denominada “Moked” e visava imobilizar as

forças aéreas egípcias ainda no solo. Nasser não tinha a intenção de atacar o inimigo inicialmente porque acreditava que, dessa maneira, a opinião pública internacional seria favorável a ele.

É válido ressaltar também que nessa data o Iraque entrou para o Pacto de Defesa Árabe.

- 5 de junho de 1967

Às 7 horas e 10 minutos de uma segunda-feira, caças israelenses deixaram suas bases com o objetivo de alcançar os alvos egípcios às 7 horas e 45 minutos.

A partir desse momento, é dever das delegações encontrarem uma solução o mais rápido possível para a crise que acaba de instalar-se no Oriente Médio.

8. Posições oficiais.

8.1. P5

Estados Unidos da América

As estreitas relações estabelecidas entre Israel e os Estados Unidos, desde a criação do estado judaico em 1948, contribuíram diretamente para as tensões entre as nações árabes e o avanço de correntes jihadistas (islamismo radical) no Oriente Médio, o que culminou em muitas guerras civis e por procuração que se desdobram, até a atualidade, na região.

Os americanos sempre se mostraram a favor da causa judaica e das práticas sionistas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento da pressão popular interna e externa sobre a necessidade de um posicionamento efetivo por parte do estado americano, fenômeno conhecido como Lobby Judaico.

Em 1962, a revolução republicana que eclodiu no Iêmen do Norte afastou mais o país das nações do oriente, uma vez que esses atuaram em diferentes lados da batalha (as forças do Egito eram pró-republicanas, motivadas pela ideologia pan-arabista e socialista seguida por Gamal Abdel Nasser, presidente do país; enquanto isso, os Estados Unidos atuavam junto à Jordânia e a Arábia Saudita, ao lado das forças pró-monárquicas, sob o pretexto de combater a “ameaça comunista”). Simultaneamente, Washington estreitou o intercâmbio diplomático com o estado israelita, que buscava apoio marcial e um aliado na geopolítica mundial.

A aliança cada vez mais sólida com Israel tencionava, progressivamente, as conexões entre as potências petrolíferas do Oriente Médio e o governo norte-americano, o que fez com que esse, sob o comando do presidente Lyndon B. Johnson, adotasse uma política mais neutra com a iminência da Guerra dos Seis Dias. Desse modo, os ianques se declararam contrários a qualquer ação militar tomada por Israel, de caráter preventivo ou não. Entretanto, caso um conflito direto começasse, não tentariam impedi-lo.

Assim, a delegação estadunidense deve adotar uma política apaziguadora dentro do comitê, tentando articular, de maneira vigorosa, soluções diplomáticas. Não obstante, os representantes da nação devem defender os interesses políticos e econômicos do país, uma vez que um afastamento total de Israel e a perda de influência global para a União Soviética não seriam vantajosos para sua política externa, apesar de que um posicionamento embasado por certa neutralidade no conflito se faz necessário.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A URSS exerceu um papel fundamental na escalada de tensões no Oriente Médio em 1967. No período posterior a Segunda Guerra Mundial, o país soviético adotou uma política simpatizante com a criação do Estado Judeu, uma vez que muitos líderes sionistas embasavam seus ideais no marxismo, muitos judeus participaram, diretamente, da Revolução Russa em 1917 e havia um forte desejo do país de estabelecer sua influência direta no Oriente Médio, igualando-se aos Estados Unidos como potência.

Ademais, a União Soviética disponibilizou uma parcela de seu território para a construção e consolidação do país judeu (Oblast), tendo em vista o tortuoso desenrolar da divisão palestina. No entanto, dada a importância religiosa de Jerusalém, essa tentativa de estabilizar o conflito insurgente não teve o resultado esperado.

A partir da eclosão da Guerra Fria, entretanto, a União Soviética optou por apoiar o mundo árabe no conflito contra Israel, em decorrência do discurso socialista defendido pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser e a problemática envolvendo a influência russa na Revolução Republicana do Iêmen do Norte, em 1962. Desde então, a URSS forneceu recursos para a construção da Barragem de Assuã, encorajou o discurso Pan-Arabista proferido pela Liga Árabe, foi a grande responsável por fornecer armamentos para jordanianos, sírios e egípcios durante o conflito e exerceu papel fundamental na alimentação das suspeitas acerca de Israel pelas nações árabes.

Há, também, uma série de suspeitas da comunidade internacional acerca dos reais interesses da URSS no conflito, já que a usina nuclear de Dimona sempre representou uma preocupação para a nação socialista.

Dessa maneira, a delegação soviética deve adotar uma política de impulsão aos países árabes na defesa de seus interesses territoriais e políticos. Não obstante, a delegação precisa manter uma postura relativamente aberta a negociações em defesa a seus interesses políticos e econômicos em meio ao período de Guerra Fria.

China (Taiwan)

A China, dominada durante anos pela Grã-Bretanha, passou por uma Revolução Republicana, motivada pelo crescente sentimento de nacionalismo, em 1911, que destituiu a monarquia que até então governava o país. A liderança da nação passou, então, para as mãos de Sun Yat-Sen.

A partir de 1916, no entanto, movimentos insurgentes separatistas deram início ao que ficou conhecido como “Era dos Senhores da Guerra”, em que a nação chinesa foi dividida em zonas de influência dominadas por distintos chefes militares. Nesse viés, liderado por Sun Yat-Sen,

o Partido Nacionalista Chinês (PCN ou *Kuomintang*), em busca da centralização do poder, começou a lutar contra esses senhores da guerra.

Simultaneamente, houve no território, por conta do fortalecimento do operariado chinês e do sucesso da Revolução Russa de 1917, a fortificação do comunismo. Nesse contexto, em 1921, foi fundado o Partido Comunista Chinês (PCC).

Num primeiro momento, o PCN e o PCC se apoiavam na luta contra os chefes militares. A URSS exercia um papel de apoio paralelo tanto aos nacionalistas quanto aos comunistas. Contudo, após a morte do líder nacionalista, seu sucessor, Chiang Kai-Shek, adotou uma política de forte repressão aos adeptos do marxismo. O PCN uniu-se, então, aos senhores da guerra contra o PCC, o que contribuiu para que fosse iniciado um enfrentamento bélico entre comunistas e nacionalistas, os quais, no poder e apoiados por forças estadunidenses, direcionaram forças à repressão e perseguição dos opositores.

O conflito entrou em hiato durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Após o fim desta e da rendição forçada do Japão, a denominada Guerra Civil da China foi instaurada novamente em 1946, e se estendeu até 1949, quando foi expressa a vitória do Partido Comunista e do líder Mao Tsé-Tung. Em 1º de outubro do mesmo, ano, foi proclamada a República Democrática da China.

As forças remanescentes do PCN e refugiados simpatizantes dos nacionalistas dirigiram-se à Ilha Formosa (Taiwan), na qual Chiang Kai-sec estabeleceu a República da China e declarou a cidade de Taipé como a nova sede do governo. O dirigente recebeu apoio militar estadunidense por conta do interesse geopolítico dos EUA na área e do temor da expansão do comunismo na Ásia Oriental.

A República da China é internacionalmente reconhecida e, como tal, assume a cadeira chinesa na ONU. O atual presidente do território é Chiang Kai-shek, cujos interesses assemelham-se aos defendidos na política externa dos EUA, sob o resguardo de seu olhar capitalista e intervencionista no Oriente Médio.

Sendo assim, a representação chinesa deve portar-se como uma forte aliada e parceira comercial da potência norte-americana, primando seus interesses econômicos e a possibilidade de atuação como membro ativo no mercado de petróleo.

Reino Unido da Inglaterra e da Irlanda do Norte

Junto dos Estados Unidos, o Reino Unido atua como um forte influenciador do bloco capitalista na geopolítica do petróleo. Logo, a região do Oriente Médio simboliza uma zona que desperta ao país um enorme interesse.

A Inglaterra foi a responsável pela administração do território em questão durante 66 anos e, nesse período, exerceu um papel administrador restritivo, o que praticamente impossibilitava a participação dos nativos árabes nas decisões políticas.

A Grã-Bretanha apoiou abertamente Israel antes e durante a Guerra dos Seis Dias, reconhecendo-o como um centro de estabilidade na região, e, assim, proveu ao Estado israelense armamentos. Em um discurso prévio ao conflito, o então primeiro-ministro Harold MacMillan afirmou: “Nós não damos armas aos israelitas porque eles são pró-ocidente ou porque admiramos sua conquista. Nós os damos armas porque nosso interesse no Oriente Médio é manter o local apaziguado e prevenir guerras”.

Apesar do posicionamento pró-Israel evidente do Reino Unido, a vitória de qualquer um dos lados traria prejuízos gigantescos para o país, no que tange ao mercado petrolífero. Ademais, o imperialismo britânico instaurado no oriente gerava ainda mais tensão entre as nações árabes e a monarquia ocidental. A ameaça comunista também simbolizava um dos maiores problemas a serem enfrentados por essa potência do bloco capitalista.

Logo, faz-se necessário que a representação busque manter-se como uma peça-chave na geopolítica do petróleo (que influencia diretamente nos negócios britânicos) e atente-se às possíveis consequências que o partidarismo pode trazer para sua economia e às suas relações exteriores.

França

A França, como potência integrante do bloco capitalista, era uma importante fornecedora de aparato bélico para Israel (foi a principal, até 1962) e, desde 1949, a partir do reconhecimento do estado judeu como legítimo, as duas delegações mantiveram relações militares e políticas amigáveis. Isso se explica, principalmente, pela antipatia de ambos os países com o discurso antiocidental e nacionalista proferido pelas nações árabes (e ainda, motivada pela Revolução Argelina, que tivera início anos antes, fato o qual as representações do Oriente Médio apoiaram veementemente). Em 1956, a França apoiou Israel na invasão ao Egito para recuperar o poder de participação na navegação pelo canal de Suez.

Contudo, quando o ex-líder militar Charles de Gaulle assumiu o poder em 1958, o posicionamento francês tornou-se completamente distinto. O estado finalmente concede à

Argélia a independência em 1962 e inicia uma tentativa de aproximação com a Liga Árabe, o que mostra uma ruptura da política francesa com os laços imperialistas remanescentes é uma iniciativa de ampliação de sua influência sociopolítica em meio ao contexto de Guerra Fria. Ainda assim, a França assinou um tratado em 1957 para a construção de uma usina nuclear em Israel, obra concluída em 1963.

Charles de Gaulle também demonstrou certa preocupação com os rumos do posicionamento do bloco capitalista e optou por um “afastamento” do estado das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, visto que acreditava que havia certo radicalismo em suas decisões políticas. Outrossim, durante o mandato do presidente em questão, a França abdicou do seu posto de líder da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

Previamente à Guerra dos Seis Dias, houve um encontro entre o presidente da França e o ministro de relações exteriores israelense, no qual este pediu apoio àquele caso houvesse um enfrentamento. O francês, em resposta, afirmou que o país não daria suporte a Israel se esse iniciasse o conflito e ainda impôs um embargo ao Estado Judeu três dias antes do início da Guerra. A mudança de lado definitiva do governo francês foi uma surpresa para os israelenses e também simbolizou uma grave perda marcial, uma vez que a força aérea nacional não conseguia funcionar plenamente sem o suporte e a manutenção oferecida pelos franceses. É importante reiterar que a França não poupa críticas a Israel, visto que o país, de fato, iniciou o combate.

Portanto, a delegação francesa precisa manter uma postura cautelosa e contra o enfrentamento bélico no Oriente Médio, embora tal visão se contraponha ao posicionamento dos demais países integrantes do bloco ocidental. A representação também atuará, dentro da Alta Cúpula, como uma importante mediadora que busca evitar um distanciamento substancial de qualquer uma das partes envolvidas para evitar prejuízos político-econômicos, apesar da manutenção da postura pró-árabe.

8.2. Membros rotativos (Japão, Mali, Etiópia, Nigéria e Índia)

Japão

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado japonês foi responsável por diversas denominações territoriais ao alinhar-se ao Eixo. Entretanto, a derrota do bloco e o confronto direto entre o Japão e os Estados Unidos configurou a perda das conquistas japonesas além da destruição do país. Após o bombardeio estadunidense a Hiroshima e Nagasaki, a rendição japonesa foi oficializada, e a aceitação dos termos dessa, exposta na Declaração de Potsdam, culminou na ocupação militar do território por forças norte-americanas (retiradas apenas em 1952).

Em 1945, então, a infraestrutura e a economia do Japão estavam extremamente fragilizadas, e, dessa forma, a ameaça socialista era presente no Estado, o que representava risco aos interesses geopolíticos dos EUA. Assim, foi constituída uma aliança econômica entre os estadunidenses e japoneses, o que possibilitou a reestruturação do país asiático e impediu que houvesse influência socialista sobre o território.

Nesse viés e no atual contexto da Guerra Fria, o posicionamento do país alinha-se aos interesses do Ocidente. Ademais, a disputa do Japão pelos Territórios do Norte (que incluem as Ilhas Curila) com a União Soviética corroborou para que houvesse essa aproximação do Japão com o bloco ocidental no período pós-guerra. Ademais, em 15 de maio de 1952, o Japão reconhece a legitimidade da nação judaica.

Portanto, a representação japonesa deve apoiar as decisões e o posicionamento das potências ocidentais, no intuito de manter e fortalecer sua aliança econômica e política com tais países, para que se consolide, num futuro próximo, como um país relevante na geopolítica global.

Mali

Mali foi uma colônia francesa na África. Em 1959, o território se uniu ao Senegal e formaram a Federação Mali, o que facilitou a conquista da independência em 20 de agosto de 1960. Em setembro daquele mesmo ano, Senegal retira-se da Federação Mali, o que a tornou a Nação Independente de Mali.

Modibo Keita, que foi primeiro-ministro da Federação Mali até sua dissolução, foi eleito o primeiro presidente do país independente. O presidente foi responsável por sancionar o unipartidarismo e empregar uma orientação socialista, responsável por estabelecer fortes laços com a União Soviética.

Em decorrência desse estreitamento das relações com a URSS, a delegação se posiciona a favor das nações árabes. Mali é um dos nove membros da Organização de Cooperação Islâmica que não reconhece a legitimidade do governo israelense.

Logo, a delegação malinesa deve alinhar-se à política soviética durante a reunião na alta cúpula das Nações Unidas para a resolução do conflito em questão, o que favorecerá a manutenção da aliança política e ideológica com o bloco Oriental de maneira significativa.

Etiópia

O Estado etíope, no contexto da [1]“Corrida pela África” (1880-1900), foi um dos únicos territórios africanos a manter independência em relação às potências europeias. No ano de 1887, os italianos tentaram conquistar a Etiópia na Batalha de Dogali e foram derrotados. Durante o conflito, porém, o imperador foi morto, e seu sucessor, em vista de legitimar a nova administração frente às iminentes invasões europeias, assinou o Tratado de Wuchale, no qual cedeu a costa do país à Itália em troca de armamentos. A área, que então foi denominada Eritreia, atualmente, é causa de beligerâncias no país africano.

O tratado assinado pelas partes envolvidas fora escrito em italiano e amárico, as línguas oficiais das nações envolvidas no conflito em questão. No entanto, a redação de cada uma dessas versões divergia no [2]artigo 17. Tal equívoco de tradução levou a eclosão da Primeira Guerra Ítalo-Etíope. Essa teve fim em 1896, e as tropas etíopes foram, novamente, responsáveis pela derrota das forças italianas.

Entretanto, 40 anos depois, em 1936, a Itália, liderada por Emilio De Bono, dominou o país após a derrota dos locais na Segunda Guerra Ítalo-Etíope, que permaneceu sob o controle europeu até 1941, quando a Etiópia proclamou independência. Isso foi possível apenas à luz do apoio militar e político provindo dos britânicos, fato esse responsável por estreitar os laços etíopes com as potências ocidentais, primordialmente com o Reino Unido, nos períodos subsequentes a Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, a representação mantém-se alinhada ao posicionamento britânico, no intuito de manter seu regime imperial. Ademais, Israel foi um importante aliado da Etiópia no conflito emergente de independência após a propaganda do imperador etíope de que a Frente de Libertação Eritreia era uma ameaça árabe no continente africano.

Nigéria

Simultaneamente ao período da guerra em questão, a Nigéria vivenciava um momento no qual se encontrava inserida num regime ditatorial, após alcançar a total autonomia política concedida pelos britânicos em 1960. No território nigeriano, uma série de conflitos internos se

desdobravam, principalmente com os igbos, grupo étnico dominante e responsável pela administração local a Leste do país.

Durante tais acontecimentos, a União Soviética foi uma importante aliada da cúpula autoritária nigeriana, o que promoveu um estreitamento de laços entre as nações.

Sendo assim, os representantes da delegação nigeriana devem portar-se como aliados da União Soviética na reunião do Conselho de Segurança e, conseqüentemente, apoiadores da política externa das nações árabes, de maneira que mantenham a relação de proximidade política e econômica com o eixo socialista.

Índia

O mundo árabe e a República da Índia mantém uma relação milenar no âmbito comercial. O país também representa um importante polo de imigração advinda do Oriente Médio. Dessa forma, a política externa indiana caracteriza-se como pró-árabe.

Outrossim, a postura da administração indiana configura-se da mesma forma, haja vista o apoio que recebe da minoria islâmica que ocupa o território indiano e o temor da perda desse suporte para o Paquistão, país inimigo do Estado Indiano devido à questão da Caxemira.

Ademais, foi de suma importância a participação de tropas indianas na Força de Emergência, que visava à assinatura de um cessar-fogo no conflito existente entre o Estado de Israel e os vizinhos árabes.

Logo, a posição da Índia no que tange à Guerra dos Seis Dias, embora preze pela diplomacia e neutralidade, ressalta a boa relação que é mantida com o mundo árabe, motivada pela defesa de seus interesses políticos, sociais e, principalmente, econômicos.

República Argentina

A Argentina se encontra sob um repressivo regime comandado pelo General Juan Carlos Onganía, líder do golpe militar que derrubou o presidente Arturo Umberto Illia. Por ter afastado um peronista, ou seja, adepto de um movimento considerado próximo ao comunismo por seus opositores, o novo governo conta com o apoio dos Estados Unidos. Sendo assim, assume uma posição próxima aos norte-americanos.

Outro ponto a se destacar é sua comunidade judaica. A Argentina é o país latinoamericano com o maior número de judeus e o terceiro quando se trata de toda a América.

República Federativa do Brasil

O Brasil, governado pelo General Costa e Silva, também se encontra sob um regime originado por um golpe. Algumas tendências progressistas do ex-presidente João Goulart incomodaram diversas classes da sociedade brasileira. Dessa maneira, Goulart foi deposto pelo Congresso Nacional e então o General Castello Branco assumiu, sendo sucedido por Costa e Silva. O novo regime assume uma aliança mais firme com os Estados Unidos.

O país apoia o reconhecimento do Estado de Israel, ao mesmo tempo que não apoia a inclusão dos territórios tomados pelo país judeu.

Cabe ressaltar que o Brasil mantinha uma tropa de ‘capacetes azuis’ em uma missão de paz na Faixa de Gaza desde a Guerra do Suez e que eles estavam na região durante os ataques de Israel, que causaram a morte de um cabo.

República da Bulgária

A Bulgária vive sob um regime comunista desde a invasão soviética na Segunda Guerra Mundial, comandado pelo Partido Comunista Búlgaro, o país procura se reestabelecer e obter alianças com demais nações soviéticas. Portanto, assume uma posição próxima aos interesses da União Soviética e encontra-se favorável ao discurso proferido pela Liga Árabe.

Espera-se da nação um grande apoio aos países árabes e defesa de seus objetivos. Assim, a delegação deve se manter receptiva e aberta a possíveis negociações em defesa de seus interesses políticos.

Canadá

Aliado dos Estados Unidos e membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Canadá preza por uma resolução pacífica da situação.

Na América, a comunidade judaica canadense só não é maior do que a estadunidense. Cabe lembrar, ainda, que, assim como o Brasil, o Canadá mantinha tropas na Força de Emergência na Faixa de Gaza até os ataques israelenses.

Reino da Dinamarca

Mais um país a ter tropas na Força de Emergência e prezar pela resolução pacífica das divergências entre Israel e os países árabes, a Dinamarca assume um papel neutro no conflito.

No entanto, é importante destacar que os dinamarqueses contribuíram, durante a Segunda Guerra, com a fuga de judeus do país da deportação ordenada por Adolf Hitler em 1943 e, por isso, há uma excelente relação entre esses povos. Além disso, o país é membro da OTAN.

8.3. Delegações convidadas

República do Iraque

Antes da Insurgência Ba'athist no território iraquiano, o país já se encontrava dominado por um governo altamente militarizado e nacionalista, que mantinha ditatorialmente o controle sobre a população. Entusiasta do pan-arabismo e das ideias defendidas por Gamal Abdel Nasser, a política externa iraquiana assume uma clara inclinação ao apoio das nações árabes, em comunhão com os ideais anti-Israel. A República do Iraque possui, ainda, um histórico direto de suporte ao lado árabe no conflito contra Israel, uma vez que o país também esteve nesse lado da batalha quando a Primeira Guerra Árabe Israelense deflagrou-se.

O membro da Liga Árabe uniu suas infantarias, no dia 4 de junho de 1967, àquelas dispostas no frente de guerra por Egito, Jordânia e Síria, mantendo o apoio ao pacto de defesa até então firmado entre as três nações.

Portanto, a delegação faz-se uma importante aliada das demais nações árabes. O nacionalismo e os ideais defendidos pela nação tornam-na uma força diplomática belicosa dentro do comitê, a qual apoia diretamente o conflito armado – não apenas como uma guerra por procuração.

Estado de Israel

País causador do conflito e centro das divergências em questão, Israel assume relações conflituosas com os países árabes que não apoiaram sua criação. O país promoveu ataques que expandiram as fronteiras delimitadas pela resolução que o criou. Mesmo assim, conta com o apoio do Ocidente, especialmente Estados Unidos, França e Reino Unido.

Os judeus povoaram, ao longo dos anos passados, várias áreas da Palestina, dominando-as e fazendo com que os árabes habitantes das regiões se refugassem para lugares de população predominantemente árabe e nações mais próximas.

Membro convidado e, portanto, observador da reunião do Conselho, Israel participa visando a se defender das acusações provenientes, principalmente, dos países árabes e da União Soviética. O país alega que o bloqueio do Estreito do Tiran realizado pelo Egito impedia seu acesso ao Mar Vermelho e, conseqüentemente, dificultava o abastecimento de alguns recursos no país.

República Haxemita da Jordânia

A Jordânia se juntou ao pacto de defesa mútua firmado entre o Egito e a Síria dias antes dos ataques, mesmo tendo um histórico de divergências com os egípcios. A rejeição a Israel, evidentemente, foi o principal fator para a reaproximação.

Após os seis dias da guerra, o país perdeu o domínio de Jerusalém Oriental e da região da Cisjordânia. Essas áreas eram comandadas pela Jordânia desde a Primeira Guerra Árabe-Israelense.

O país, portanto, na situação de observador, participa desta reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas com o intuito de defender os interesses das nações árabes aliadas, defensoras do povo palestino. A Jordânia preza pelo combate ao expansionismo israelense e às ameaças que considera que Israel causa à ordem da região.

República Árabe Síria

A Síria é radicalmente contrária à criação de Israel. Após a Guerra dos Seis Dias, perdeu o território das Colinas de Golã para o país judeu.

Membro da Liga Árabe, o país é governado por um partido nacionalista e socialista e, por isso, aproxima-se da União Soviética. Na região, tem o Egito como seu principal aliado.

A nação participa da reunião como convidada e, evidentemente, com uma posição de alinhamento aos demais países árabes, que ambicionam frear o expansionismo israelense.

República Árabe do Egito

O Egito, recentemente independente dos países europeus, assim como demais países árabes, posiciona-se contra Israel. Assim, o país gerou um dos principais conflitos árabe israelense previamente à Guerra dos 6 dias. Em 1956, em um contexto de Guerra Fria e recente independência, o Egito nacionalizou o Canal de Suez, que até então pertencia à Inglaterra, e, conseqüentemente, bloqueou o porto israelense assim como o acesso de Israel ao Mar Vermelho. Em seguida, Inglaterra, França e Israel declararam guerra contra o Egito.

Com tropas e ataques por parte de Israel, a União Soviética ofereceu apoio militar ao Governo Egípcio o que levou os Estados Unidos em conjunto com a ONU, preocupados com a ameaça soviética de ataque nuclear nos países europeus, pressionaram a Inglaterra e a França a assinarem um cessar fogo, retirarem as tropas israelenses do Egito e findarem o conflito.

Após o fim da Guerra do Sinai-como ficou conhecida- Egito e União Soviética e outros países árabes firmaram um acordo e a URSS foi grande responsável pelo armamento do Egito e outros países para prepará-los contra a iminente guerra contra Israel.

O Egito, junto com os demais países da Liga Árabe, procuram e buscam os direitos do povo palestino e o reconhecimento de sua nação. Dessa maneira, o Estado encontra-se aliado aos demais países da Liga Árabe e a União Soviética e seus demais aliados.

Portanto, a delegação deve portar-se como grande aliada e defensora da Palestina e permanecer com a aliança Soviética. Não obstante, a delegação deve manter sua posição incisiva no conflito, mas garantir um diálogo e uma relação relativamente aberta aos ditos pelas demais delegações, mas garantindo e enfatizando as necessidades do povo Palestino e suas indignações com Israel.

9. Bibliografia.

[http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=10143\]](http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=10143)

<https://undocs.org/es/S/RES/242%20%281967%29>

<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/06/04/ult34u182406.jhtm>

<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-na-guerra-dos-seis-dias-21480554>

[http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/4%20A%20trajet%C3%B3ria%20do%20socialismo%20na%20Bulg%C3%A1ria%20\(1945-1990\).pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/4%20A%20trajet%C3%B3ria%20do%20socialismo%20na%20Bulg%C3%A1ria%20(1945-1990).pdf)

<https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-46127751>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40200042>

<https://www.dw.com/pt-br/1967-eclode-a-guerra-dos-seis-dias/a-837751>

<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2015/06/day-war-israel-palestine-zionism-150608072824791.html>

<https://www.globalresearch.ca/history-of-the-june-1967-war-some-israeli-leaders-do-sometimes-tell-the-truth/5453660>

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1555000-5602,00-A+CRONOLOGIA+DA+GUERRA+QUE+DEU+UM+NOVO+ROSTO+AO+ORIENTE+MEDIO.html>

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1554983-5602,00-OS+SEIS+DIAS+QUE+MUDARAM+A+HISTORIA+DO+ORIENTE+MEDIO.html>

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/979/674>

https://www.webcitation.org/5kvWKLyKq?url=http://encarta.msn.com/encyclopedia_761588322_2/Arab-Israeli_Conflict.html

<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/73010>

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38405266/PALESTINA__ESTADO_NACIONAL.pdf?1438897279=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPALESTINA__ESTADO_NACIONAL.pdf&Expires=1626627546&Signature=A23Y9OgKfsOj1FREmSPn504hEEQ8P783vBINfZ3iBrvnGgK3i7if06AqG7ZpuX47D~0QTBk0EBO1~s3l~hUOTem46gJgqMz7z8aIg3vsvXp68xxg8SCORT6MoeYUgY8tLG5DIIL3BMHajW-c-GobPLFBJsn5qRgIH52Jo-EFttA4FpXkVyRNhJQbFCdejb8mQVBI0hgz~iChZQRIR775sNIVES~ZhoCLc9kJKbbIKgcDpzJgpRnBkGDXQcPhE1Ts55utpkeOrRObJH1MAD~XxFLQRbSg3hyxH9K2sCZqtr09fN53bK~TdaQ-wjsAol0W5LNtSdPnzEilLnH9PTUcgew__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

<https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-suez/>

<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/792/385>

<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/60057>

<https://www.scielo.br/j/nec/a/Tgc3vFgFzqNqJZ5zXRtM9CM/?lang=pt>

[1] A “Corrida pela África” ou a “Partilha da África” corresponde ao período de reivindicações europeias por territórios no continente africano, no período compreendido pelo neocolonialismo (imperialismo), entre 1880 e o começo da Primeira Guerra Mundial.

[2] Na versão italiana se estabelecia que a Etiópia tinha que, por obrigação, tratar os assuntos referentes a política externa e relações com outras nações estrangeiras por meio das autoridades italianas, transformando assim o reino etíope em um protetorado italiano. Na versão em amárico, por outro lado, se recomendava simplesmente consultar ao governo italiano somente quando o assunto em questão que envolvia as outras nações europeias. O mal-entendido se deveu à má tradução de um verbo, que formou uma cláusula permissiva em amárico e outra obrigatória em italiano.